



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 23-03-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Como Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 3ª audiência pública semipresencial no ano de 2023.

Essa audiência tem, como objetivo, debater a concessão do Serviço Funerário do município de São Paulo. Informo que essa reunião está sendo transmitida, ao vivo, por meio do endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia-auditorios-online](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia-auditorios-online) e também pelo YouTube e pelo Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para essa audiência vem sendo publicado, no *Diário Oficial da Cidade*, desde o dia 17 de março de 2023. As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas, no *síte* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 17 de março de 2023 no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual). Foram convidados para essa audiência o Sr. Gilson Luiz da Costa, do Serviço Funerário do município de São Paulo, que será acompanhado pelo Sr. José do Carmo Garcia, que é um superintendente do Serviço Funerário e pela Sra. Erika Oliveira Nascimento.

Convido para participar da Mesa os Srs. José do Carmo Garcia, superintendente – obrigado pela presença. José Pacheco Simões, da Secretaria de Governo Municipal – obrigado pela presença. Cristiano de Arruda Barbirato, da Secretaria Municipal de Gestão; Natalia Leme Martins Barbosa Majzoub, da Secretaria Municipal das Subprefeituras.

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Sr. Presidente, registro a presença do Vereador Rinaldi Digilio.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Já chegarei lá, nobre Vereador. Estou ainda na abertura.

Convido também os Srs. José Maurício Linhares Barreto Neto, da Controladoria Geral do Município; Daniel Augusto de Souza Borges, da Secretaria Municipal da Fazenda; João Gabriel Guimarães Buonavita, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e autarquias do município de São Paulo, Sindsep, que se fará representado pelo Sr. João Batista Gomes; Carolina Rocha Malheiros, diretora da Agência Reguladora de Serviços do Município de São Paulo, SP Regula, que se fará representada pelo Sr. João Manoel da Costa

Neto, Diretor-Presidente da SP Regula; Gilson Luiz da Costa, assessor do Serviço Funerário Municipal e Eduardo Tuma, Conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas, que se fará representado pelo Sr. Adriano Cremonesi – obrigado pela presença. Mauricio Costa, Diretor-Presidente da Consolare; Ricardo Pólito e Rodrigo Macedo, representantes legais da Concessionária Cortel; Felipe Amorim, representante legal da Concessionária Grupo Maia; Juraci Pimentel, representante legal da Concessionária Velar SP; e Celso Giannazi, Isac Felix, Vice-Presidente desta Câmara, Hélio Rodrigues – Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo.

O Vereador Rinaldi Digilio está presente de forma *on-line*. Estou vendo também o nobre Vereador Dr. Sidney Cruz, que é membro da Comissão, presente também de forma *on-line*.

Está também convidada a sociedade em geral.

Tem a palavra o nobre Vereador Isac Felix.

**O SR. ISAC FELIX** – Bom dia a todos.

Sr. Presidente, penso que algumas secretarias não mandaram representantes, como a Secretaria do Governo.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Nobre Vereador, temos aqui a ausência...

**O SR. ISAC FELIX** – Subprefeitura.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Gestão também.

**O SR. ISAC FELIX** – Gestão. Eu acho que a Procuradoria do município também não mandou representante.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Controladoria Geral.

**O SR. ISAC FELIX** – Controladoria também.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Secretaria da Fazenda também não.

**O SR. ISAC FELIX** – Também não. O.K.

Então, eu gostaria de deixar para nossa Assessoria, para a Comissão, que é um assunto de extrema importância para a cidade de São Paulo o que nós vamos discutir aqui hoje.

Quando nós convidamos essas secretarias, eu acho que, no processo da concessão, nos processos das negociações, todas elas participaram e essa Comissão tem o intuito de nós trabalharmos para vermos e analisarmos o que vai acontecer, o que está acontecendo, como está hoje e o futuro do Serviço Funerário da cidade de São Paulo.

Então, eu gostaria de pedir para a nossa Assessoria o seguinte: se nós não sairmos daqui hoje, à contento do que foi discutido, sobre os membros e secretários dessas secretarias, eu gostaria que houvesse uma convocação para eles, porque é daqui que nós vamos prestar esclarecimentos à cidade de São Paulo.

A população sabia, sabe e nós, aqui na Casa, votamos o projeto da concessão, mas está faltando a publicidade do que está acontecendo com o Serviço Funerário na cidade de São Paulo.

Por isso, esta Comissão de Finanças está realizando essa reunião, para que nós possamos, como Vereadores que estamos na ponta – todos nós e os Vereadores desta Casa estão na ponta, estão na periferia – nós estamos, no dia a dia, com os munícipes e os munícipes nos questionam o porquê da mudança, o que está acontecendo; e já chegou a essa Casa, e quero dizer aqui aos membros do Governo, aos membros das empresas aqui, já chegou aqui, a essa Casa, várias denúncias. Não faz 15 dias que está funcionando isso aí e chegou várias denúncias, referente ao Serviço Funerário. Por isso que nós estamos convocando essa reunião extraordinária aqui, hoje, para que possamos ser esclarecidos de alguns fatos que já estão acontecendo. Uma coisa tão recente e já com tantas reclamações, tantos abusos, coisa de menos de um mês. E, Vereador Celso: não vai haver abuso, nem exploração, de ninguém. De ninguém. Principalmente das pessoas mais vulneráveis da cidade de São Paulo.

O que nós lemos aqui, semana passada, semana retrasada, que foi o requerimento feito pelo nosso Presidente, que aprovei, aqui, semana passada, está um escândalo. Está um escândalo. Eu sou Base do Governo, eu apoio o Governo, mas eu também não sou alienado para deixar as coisas andarem do jeito que vão andar.

E nosso papel, como Vereador, é de fiscalizar o Executivo e de trabalhar, vendo os

problemas da cidade.

Então, Sr. Presidente, essa Secretaria, se não vierem, acabei de ligar para o Fabrício Cobra, ele vai me retornar, eles serão convocados. E se precisar fazer dez reuniões durante esse ano, para que possamos entender o que está acontecendo, o que vai acontecer daqui para a frente, nós vamos fazer as dez reuniões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, inclusive, o Vereador Isac Felix, se por ventura houver uma ausência rápida minha, ele, como Vice-Presidente, automaticamente, vai presidindo comigo aqui.

Então vamos à primeira exposição, fala inicial e exposição da SP Regula, que regula todos os serviços de privatização, ou seja, de concessões, da cidade de São Paulo. Por favor, Sr. José do Carmo Garcia. E, antes, só dizer que hoje, em função da exposição, ao fim dessa primeira exposição, ao fim dela, nós encerramos as inscrições. Portanto, considerando esse atraso que está havendo à nossa assessoria legislativa, em seguida, teremos também a exposição do Serviço Funerário do Município de São Paulo, é isso? (Pausa). Perfeito, uma pequena exposição, daí V.Exa. chamará o Sr. Gilson.

Sendo assim, durante as duas falas e exposições, as inscrições estarão abertas, O.K.? Por favor, Sr. José do Carmo Garcia. Ah, perdão, é que hoje temos muitos convidados e precisamos nos organizar. Então, pela SP Regula, o Sr. Presidente João Manoel da Costa Neto. Inscrições abertas. O senhor precisa que apague as luzes, por causa da exposição?

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Muito bom dia a todos. Bom dia, Sr. Presidente Vereador Jair Tatto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Permita-me só confirmar se já citei todos os Vereadores presentes: Hélio Rodrigues, Celso Giannazi, e, agora, também presente, de forma *on-line*, o Secretário...ah tá, Sr. Cristiano de Arruda Barbirato, pela Secretaria Municipal de Gestão, *on-line*, presente. É isso?

**O SR. CRISTIANO DE ARRUDA BARBIRATO** – Bom dia, Vereador, desculpa o

atraso.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Bom dia, tranquilo, estamos aqui, considerando o atraso geral.

Também presente de forma *on-line* a Vereadora Rute Costa. Desculpe a interrupção, por favor, continue.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Imagina. Bom dia a todos.

Quero cumprimentar o nosso Presidente Jair Tatto, os Vereadores presentes Celso Giannazi, Isac Felix e Hélio Rodrigues. Saúdo os demais Vereadores *on-line*, na pessoa da Vereadora Rute Costa.

Trouxemos uma apresentação, vou expor na sequência, mas, antes disso, dada a manifestação do Vereador Isac Felix, gostaria de fazer uma manifestação em nome do Governo.

Vereador, uma audiência pública foi convocada na última semana, com um número bastante plural de convites aí, para que tenhamos, realmente, um debate muito enriquecido, poder esclarecer para a população de São Paulo essa mudança do Serviço Funerário, saindo de uma Autarquia Pública para um regime de concessão. Fizemos, ontem, uma reunião de Governo com todos os convidados, muitos deles manifestaram que estariam e já começam a entrar *on-line*. Nós até atrasamos um pouco por conta de um dia atípico.

Muitos estão com atrasos por suas vidas impactadas aí pela greve do Metrô. Acabamos de abrir a audiência, tem trabalhos a seguir, e eu acho um tanto quanto esquisito colocar um cenário como o Vereador expôs e, com isso, descredibilizar o comportamento de representantes do Governo em um dia, como sabemos, com essa atipicidade.

Queria pedir para iniciar com ponderação, nesse sentido, para que possamos, até o fim dos trabalhos contar com a presença de todos. Veja que impacta não só o Governo, a própria sociedade civil, inclusive, teve justificada aqui, inclusive, a representante do Sindicato que entrará, de maneira *on-line*, no decorrer dos trabalhos. Então, gostaria de pedir ponderação para que considerasse estar no início de mais um dia de trabalho, porém muito atípico, e não dá para considerar que membros do Governo estariam se furtando a participar de uma reunião. Acho

que, ao final do trabalho, podemos fazer a checagem e aí, sim, ter a consideração daqueles que aderiram ou não ao convite, lembrando...

**O SR. ISAC FELIX** – Só, pela ordem: o senhor está defendendo os membros do Governo?

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Defendo o Governo como um todo, Vereador.

**O SR. ISAC FELIX** – Eu também defendo.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Eu sou do Governo. Estou aqui pelo Governo.

**O SR. ISAC FELIX** – Eu também defendo.

Então, o senhor veio aqui prestar esclarecimento disso aí, eles foram convidados no mesmo período que os demais foram. No mesmo período, que os demais foram.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O.K., Vereador. Compreendido então.

**O SR. ISAC FELIX** – Eu também defendo o Governo.

O senhor vem fazer sua exposição, faça a sua exposição. Com o Governo, a Câmara trata com o Governo. Eu sou Vereador Governista, talvez o senhor não me conheça. Eu sou um dos mais governistas dessa Casa, mas eu gosto de justiça. Então, não há justificativa: manda e-mail, manda WhatsApp para o Presidente da Comissão, e diga: "Não vamos participar por isso e por isso".

O que queremos aqui é esclarecimento. Ninguém vai crucificar ninguém. Faça sua exposição.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O.K., correto, considerado até fora do protocolo esse debate. Pode seguir sua exposição.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Eu atendo o pedido do Presidente Vereador Jair Tatto. Vereador Isac, V.Exa. se ausentou minutos da sala, eu só pedi ponderação, estamos em um dia atípico.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O.K., está resolvido, vamos à apresentação.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – O senhor me conhece, estive no seu Gabinete logo que assumi o cargo, apresentei-me ao senhor.

**O SR. ISAC FELIX** – Perfeitamente, mas Governo...

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Venho aqui gentilmente, como já vim em outras várias oportunidades trazer uma apresentação, atender um convite da Comissão, esclarecer a população de São Paulo, máximo respeito aos Vereadores...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Presidente, vamos à exposição.

**O SR. ISAC FELIX** – Faça sua exposição.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Só pedi, minimamente, ponderação.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Perfeito.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Não. Eu faço a ponderação atendendo o convite da Presidência, o senhor...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Está feita a ponderação dos dois lados. Registrado...

**O SR. ISAC FELIX** – Olha, faça sua apresentação.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Registrado nos anais...

- Manifestações simultâneas.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Registrado pelas transmissões das redes, O.K., as ponderações dos dois lados consideradas. Vamos, então, à exposição e fala do Presidente da SP Regula.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Muito bom dia a todos, novamente bom dia. Peço desculpas por essa introdução, mas vamos adiante.

Rapidamente, quero falar um pouco da SP Regula, por ser uma autarquia recém-criada; quero fazer uma breve apresentação. A SP Regula foi criada pela Lei 17.433 de 2020, que é a lei que reorganiza toda a Administração Indireta do Município de São Paulo. Ela foi,

efetivamente, implementada em abril de 2021 e tem como missão, de acordo com o Artigo 3º da lei, gerenciar, fiscalizar e regular todo os serviços públicos delegados do município de São Paulo.

No início das nossas operações, assumimos os trabalhos, parte dos trabalhos das concessões que estavam a cargo da Anlurb, na sequência a PPP da Iluminação, a gestado dos mercados – Mercado Municipal de São Paulo e o Mercado de Santo Amaro – e, agora, assinamos os contratos da concessão do Serviço Funerário, representando o Poder Concedente ao lado da Autarquia do Serviço Funerário Municipal de São Paulo que, pela mesma Lei 17.433 deve ser extinta ao final do trabalho de transição dos serviços para a concessão.

- Apresentação de *slides*.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Entrando no aspecto da concessão, o objeto da Concessão dos Serviços Cemiteriais: gestão, operação, manutenção e exploração de 22 cemitérios e crematórios públicos do município de São Paulo, bem como a exploração dos serviços funerários no município de São Paulo.

A concessão tem período de vigência por 25 anos, nós tivemos a assinatura dos contratos de três blocos no dia 22 de novembro e do Bloco III em 06 de novembro, tendo as ordens de início sido dada no próprio dia 06 de janeiro de 2023.

Então, os cemitérios foram divididos em quatro blocos. Trouxemos aqui nesta apresentação os números dos contratos para que tenha transparência e para, como sempre, neste Governo, praticarmos a máxima transparência.

Na sequência, trazemos a linha do tempo dessa concessão, que vem sendo discutida há bastante tempo dentro do projeto de desestatização do Governo. A primeira audiência pública foi em outubro de 2019; em fevereiro de 2020, houve a publicação; em abril de 2020, a republicação do edital. Houve um período de suspensão pelo TCM para uma avaliação, quando foi tomada a decisão de revogação digital, um relançamento de consulta pública, o que é muito importante para as pessoas tomarem conhecimento daquilo que pretende o processo de desestatização. Em março, a publicação do edital nº 01/2022 e um adiamento para ajustes do TCM e, na sequência, em junho de 2022, um despacho autorizando a sequência da licitação, a

republicação própria mês de junho, a abertura das propostas em julho de 2022, a habilitação em homologação em agosto, e, como eu já disse, a assinatura de três blocos em novembro, com uma última assinatura em 06 de janeiro e a emissão da ordem de início nesse mesmo mês.

O próximo *slide* é apenas para esclarecer sobre o Serviço Funerário. As quatro concessionárias vencedoras de cada um dos blocos têm autonomia para atuar no Serviço Funerário em todo o município de São Paulo, e a gestão dos cemitérios foi dividida em quatro blocos. O bloco 1 de cemitérios gerenciado pela empresa Consolare: Cemitérios da Consolação, Quarta Parada, Santana, Tremembé, Vila Formosa 1, Vila Formosa 2 e Vila Mariana; o bloco 2 gerenciado pela empresa Cortel: Cemitérios do Araçá, Dom Bosco, Santo Amaro, São Paulo e Vila Nova Cachoeirinha; o bloco 3 gerenciado pelo Grupo Maya: Cemitérios Campo Grande, Lageado, Lapa, Parelheiros e Saudade, e o bloco 4 gerenciado pela empresa Velar: Cemitérios Freguesia do Ó, Itaquera, Penha, São Luiz, São Pedro e Crematório Vila Alpina.

---

Com relação à mudança dos serviços, é importante destacar, de início, o funeral social disponibilizado aos municípios, sendo que a primeira faixa de contratação dos serviços funerários está sendo hoje ofertada pelo valor de R\$ 566,04, com uma redução de 25% em relação ao valor que era praticado pelo Serviço Funerário até o último dia 06 de março. Também garantida pela concessão estão as gratuidades garantidas em lei para o pessoal que está cadastrado no SisRua, no CadÚnico e também os doares de órgãos, sendo contemplados com urnas funerárias, transporte, serviço cemiterial e sala de velório por mais duas horas e também modalidade que garante a gratuidade no caso da opção pela cremação.

Sobre aspectos relevantes da nossa concessão, eu peço licença para lembrar que esta apresentação segue o que foi apresentado em uma entrevista do Prefeito Ricardo Nunes, em uma virada de chave, como foi chamado no último dia 07 de março. Portanto, a apresentação segue bastante o que nós apresentamos, e fizemos questão de destacar estes pontos importantes: a revitalização dos cemitérios e do crematório existente e a implantação de três novos crematórios e de 22 agências funerárias, apesar de o número mínimo de agências para o início das operações das concessões ser de 16, o que propiciou maior facilidade à população de

São Paulo.

Dos serviços, gestão e administração dos registros eletrônicos dos serviços, atendimento e orientação do usuário, manutenção das edificações, instalação de bens e equipamentos imobiliários, há uma expectativa bastante grande tão logo as concessionárias possam já iniciar a manutenção de muitas das unidades que requeriam serviços de reparos para melhor atendimento dos munícipes.

Das gratuidades dos hipossuficientes e doadores, eu já comentei.

Aqui, da implantação dos memoriais homenagem aos mortos políticos, bem como o armazenamento das ossadas de existentes; das melhorias na segurança e bem-estar dos usuários; da zeladoria e limpeza da área externa das sepulturas, equipamentos e instalações de áreas verdes.

Da frota de veículos, houve um aumento já inicial, a exemplo do número de agências, de 147%; passando de 40 para 99 veículos.

Além da entrevista coletiva do Prefeito no dia 07 de março, aberta a todos na Prefeitura, nós preparamos uma circular para uma melhor comunicação com a população, que é esse folheto azul que vocês estão vendo, que foi enviado para todos os hospitais públicos e particulares, para o SVO – Serviço de Verificação de Óbitos e para o IML. Esse informativo contemplou as quatro concessionárias, os cemitérios – que estão a cargo e gestão de cada uma delas – e também já consta o endereço das 22 agências; muitas com funcionamento de 24 horas, destacadas em vermelho. Então, além do número mínimo previsto no edital, um número bastante plural, a maioria está funcionando 24 horas.

O folheto contempla também orientações do procedimento de contratação e o contato das quatro concessionárias, além do número de denúncia 156 da Prefeitura, pelo telefone e pelo portal, atualizado no dia 07 com todas as informações necessárias para a contratação dos serviços funerários, um canal que também serve, como a gente sempre destaca, além da informação, para denúncias de eventualidades, como falhas nos sistemas e casos que destoem do atendimento regrado pela concessão. A Prefeitura de São Paulo, então, além de

comunicar, abre seus canais para informações e para que as pessoas denunciem.

A fiscalização e o acompanhamento do contrato tem sido feita pela SPRegula e pelo Serviço Funerário, que também recebem denúncias, fazem a apuração e, se necessário, aplicam medidas às concessionárias.

Entre a primeira hora do dia 06 de janeiro e o dia 07 de março, iniciou-se a primeira fase da concessão, com 60 dias de operação assistida. Conforme regra o contrato, as concessionárias nesse período acompanharam o funcionamento do serviço prestado pela Autarquia do Serviço Funerário, mas não só isso, porque o Serviço Funerário e a SPRegula mantiveram, nesses 60 dias, um calendário de reuniões conjuntas das quatro concessionárias semanais, às quartas-feiras e, às quintas e sextas-feiras, individualizadas com cada grupo. Foi um período bastante profícuo de bastante troca de *expertise* e de informações a fim de que nós obtivéssemos a mudança, que a gente chama virada de chave, com o menor impacto possível aos munícipes.

Infelizmente, na véspera da concessão, dia 06, muitas informações controversas passaram a circular em relação ao Serviço Funerário; algumas por agentes políticos e outras por parte da imprensa e, desde o início, a gente verificou um equívoco bastante grande dessas informações. Em acordo com o Serviço Funerário, ficou definido que eu seria o porta-voz para falar com a imprensa e eu acabei dando inúmeras entrevistas para esclarecer sobre os pontos e principalmente sobre a forma de atuação da prestação dos serviços pelas concessionárias.

Em relação aos números da concessão – tamanho foi o volume de informações desconstruídas que foram divulgadas; creio eu, para tumultuar o processo –, nós temos sustentado o que foi dito principalmente em relação à gratuidade, ao funeral social e às outras quatro faixas de pacote de contratação, que são camadas criadas para proteger uma contratação acessível a todos os munícipes de São Paulo, desde a consulta pública até o edital. O resultado é que a divulgação de números desconstruídos para tumultuar o sistema acabou ficando para trás. O nosso papel como Poder Público, como Governo é esclarecer e sustentar, sim, os números e os pontos positivos da concessão.

Nós preferimos esclarecer a realidade dos números envolvidos na concessão ao invés de esclarecer comparações descabidas que vêm sendo feitas, já que, desde o dia 6, começaram a comparar números de itens distintos. Em alguns casos, compararam a base do menor valor da concessão com o topo da tabela em relação ao que era o Serviço Funerário. Então, logicamente, você tem uma disparidade percentual bastante grande, mas a comparação que é descabida. A gente tem de comparar item com item compatível. E, aí, em respeito à Comissão que trouxe um dos casos aqui de comparação e números, eu pedi para que a nossa equipe tivesse, com o Serviço Funerário, o cuidado de comparar, e o que a gente percebe é que houve uma comparação aí do pacote Jasmim I praticado até o dia 06 de março pelo Serviço Funerário com um pacote que está acima já, que é o pacote Açucena, como se estivesse sendo comparado o pacote Jasmim, que é mais barato, com o novo pacote da concessão, que não é. Esse pacote Açucena já não está mais sendo operado pela concessão.

Então, a gente percebe, infelizmente, mais um equívoco de comparação de números e a gente agradece à Comissão a oportunidade de poder esclarecer nesse sentido. O que a gente tem a destacar é que o pacote Jasmim I, que é um pacote mais barato, ele tinha o valor praticado, até o dia 06 de março, pelo Serviço Funerário, e que com a concessão ele passa, no dia 07 de março, a ser praticado por 566. Portanto, 25% menor que o valor que praticava o Serviço Funerário no pacote Jasmim.

As outras quatro faixas de valores, praticadas pela concessão, Vereador Jair Tatto, a gente tem os números e garante que estão mantidas no valor integral que era prestado pelo Serviço Funerário e são ofertadas aos nossos municípios de São Paulo. Lembrando também que, quando da manutenção desses valores, pelos mesmos preços praticados pelo Serviço Funerário, esses valores têm uma defasagem de 02 de janeiro de 2018, e esses valores foram garantidos no ano inicial da concessão, para a população de São Paulo, sem sequer terem sido atualizados. Então, com relação aos valores, total tranquilidade da SP Regula.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Manter o Jasmim não seria ficar mais barato?

Por que não há mais o Jasmim?

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Porque o Jasmim hoje é denominado, na concessão, o Funeral Social. Ele é 25% mais barato que o próprio Jasmim. Ele custava 754,73 e custa agora 566,04. Então, tem, sim, uma economia bastante grande.

Nós vamos perceber mais uma comparação. A exemplo do Petúnia, que era praticado pelo Serviço Funerário e a gente tem aqui a outra faixa. A próxima faixa de valor da concessão, depois do Funeral Social, que é o Popular, mantido o mesmo valor que, no total do pacote, somava 1.443 e, agora, no Popular, do Serviço Funerário, soma 1443,74. Então, todas as faixas...

**O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI** – Pela ordem. Só para eu entender uma coisa, senão vai passar. Mas o Jasmim, antes, qualquer munícipe poderia escolher o Jasmim?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu acabei de fazer essa pergunta, Vereador Toninho. Aliás, anuncio a presença do Vereador Toninho Vespoli. O Vereador Rinaldi, agora, está de forma presencial. Deixe terminar, Vereador Toninho Vespoli, a exposição. Eu também fiz esse questionamento agora, há pouco.

Obrigado, Vereador. Pode seguir.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Tranquilo.

Eu até prefiro aproveitar o questionamento do Vereador Toninho Vespoli e dizer: Vereador, o Funeral Social, a exemplo do que era o Jasmim, ele pode ser contratado por qualquer pessoa do município de São Paulo. Quem tem de comprovar algum direito a benefício é só com relação às gratuidades. Na gratuidade, sim, o munícipe tem de comprovar estar inscrito no CadÚnico ou no SisRua ou ser doador de órgãos. Já o Pacote Social, que é o pacote mais barato, similar ao Jasmim, 25% menor, no valor de 566, ele pode ser contratado por qualquer munícipe. Não precisa de nenhuma comprovação de condição social para contratar esse pacote, que é o pacote mais barato.

Na sequência dele, aí eu sigo com a apresentação, viria o pacote Petúnia, antes no Serviço Funerário, no valor de 1443, e segue o Popular em 1443. E depois dele, mais três faixas de valores que eu não trouxe aqui para não tomar muito tempo da apresentação, mas todos

garantidos no mesmo valor da prestação do Serviço Funerário.

E, aí, para finalizar, eu gostaria de agradecer a todos; agradecer ao Serviço Funerário por esse período que a gente tem dividido o poder concedente. Tem sido um aprendizado bastante grande. Coronel Gilson e Coronel Garcia, os nossos cumprimentos a toda a equipe de vocês. Quero cumprimentar toda a equipe da SP Regula, na pessoa do nosso Superintendente de Fiscalização, Luis, que ao lado da Carolina, desde de o dia da licitação, têm acompanhado todos esses serviços. E agora, com a chegada da gerência, inclusive instituída na SP Regula para gerenciar esse objeto, eles têm nos dado todo o suporte, articulado também com as concessionárias, às quais eu agradeço aqui também, todo o empenho nessa fase inicial da concessão, para que a gente tenha a continuidade da prestação do serviço aos munícipes de São Paulo, com o menor impacto possível. Para que a gente possa, através da concessão que foi amplamente discutida, levada à consulta pública, debatida, analisada pelos órgãos de controle, que ela venha a ser uma concessão benéfica, principalmente aos munícipes de São Paulo.

Tem também a questão que nós vamos debater aqui com relação aos servidores. Eu falo com tranquilidade, porque sou também servidor público de carreira do Governo do Estado. A gente percebe na Lei 17.433, de 2020, a garantia dos direitos das carreiras dos servidores. A gestão pública faz parte da Comissão da CETISF. Estão todos convidados aqui hoje, o Cristiano, nosso Procurador, se faz presente *on-line*. Deve, aí, ao longo desses dez meses iniciar a discussão do processo de transferência desses servidores, como determina a lei, para a Administração direta.

Tenho certeza de que todos os direitos deles serão garantidos, assim como foi uma das poucas observações que o Prefeito Ricardo Nunes fez na assinatura da concessão: para que os concessionários tivessem o máximo respeito aos servidores do Serviço Funerário que, ao longo de décadas, trabalharam nessa autarquia que, agora, têm fundamental importância nessa fase de transição dos dez meses que a gente está acompanhando com as concessionárias. E que depois, de forma respeitosa, com certeza, seguirão as suas carreiras

dentro da Prefeitura do Município de São Paulo.

Quero agradecer a todos e fico à disposição para mais agradecimentos.

Muito obrigado, Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito obrigado, Presidente João Manoel da Costa Neto, Presidente da SP Regula.

Nós temos as presenças, de forma *on-line*, do Sr. Cristiano de Arruda Barbirato, Secretário Municipal de Gestão; da Sra. Natália Leme Martins Barbosa, representando a Secretaria Municipal das Subprefeituras; do Sr. Daniel Augusto de Souza Borges, representando o Secretário Municipal da Fazenda; da Sra. Denise Ramos, Chefe de Gabinete da Casa Civil. E temos a presença do Sr. João Batista Gomes, representando o Sindsep.

Agora vamos para a exposição da Superintendência do Serviço Funerário do Município de São Paulo, Sr. Gilson.

Agradeço aos nossos intérpretes de libras. Os nomes não estão aparecendo agora, mas, daqui a pouco, eu os identifico aqui.

Tem a palavra o Sr. Gilson.

**O SR. GILSON LUIZ DA COSTA** – Início cumprimentando a Mesa Diretora dos trabalhos desta manhã; Vereador Jair Tatto, Presidente da Comissão; Vereador Isac Felix, Vice-Presidente; Vereador Celso Giannazi; Vereador Hélio Rodrigues, com quem estivemos na semana passada, tratando de assuntos de interesse da concessão, que são os nossos credenciados jardineiros, no SP Regula.

Cumprimento também...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Conseguimos aumentar o volume do microfone?

**O SR. GILSON LUIZ DA SILVA** – Está bom agora?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Acho que dá para resolver.

Vereador Rinaldi, foi convidado à Mesa. É que V.Exa. está assistindo, O.K.

Será que está tão baixo assim, vamos lá. Mas aqui já achamos uma alternativa rápida.

**O SR. GILSON LUIZ DA COSTA** – Continuando, quero cumprimentar o Jesus Pacheco, representando neste ato a SGM; João Manoel, Diretor Presidente da SP Regula; Cel. José do Carmo Garcia, Superintendente do Serviço Funerário e nas concessionárias, o Maurício, CEO da Consolare; Rodrigo, CEO da Cortel; Juraci, da Velar e Felipe, Grupo Maya, que me cedeu o lugar.

Nossa fala, hoje, vai ser muito rápida por duas razões: a primeira dessas razões é o que o João Manoel já expôs suficientemente, os assuntos de maior interesse para esta Comissão, que é especialmente a política tarifária, no que se refere à proteção dos mais pobres, das pessoas que mais necessitam da proteção do sistema.

E sei que a nossa função aqui, Presidente, é especialmente responder às perguntas que nos forem feitas. Quero dar como testemunho pelo Serviço Funerário, o que tem sido para nós essa concessão dos serviços funerários. Estamos atualmente na primeira fase da concessão, mais propriamente no segundo estágio da fase de implementação. Essa concessão vai durar 25 anos, vai perdurar durante 25 anos e é composta basicamente de três fases. A primeira fase é a fase de implementação; a segunda fase de efetiva operação e a terceira fase de retomada.

A primeira fase, que é a implementação da concessão e a última fase, que é a retomada, são fases que perdurarão por um ano. Então, estamos na primeira fase e esta fase é de implementação. A fase de implementação começou no dia 06 de janeiro, data para nós bastante significativa, porque era meu aniversário, e não pude folgar, Presidente, fomos trabalhar e muito. Então, dia 06 de janeiro começou a primeira fase que durou 60 dias, uma fase que o Serviço Funerário trabalhou acompanhado pelas concessionárias.

O objetivo dessa primeira fase era desenvolver *know-how*. Desenvolver alguns processos, assimilar como o Serviço Funerário fazia, para que na segunda fase, iniciada no dia 07 de março, as concessionárias passassem a trabalhar com o acompanhamento do Serviço Funerário.

Essa fase de acompanhamento do Serviço Funerário é uma fase que está definida

no contrato. Existe uma cláusula contratual específica para isso. Então, vou ler, se me permitem, esse estágio de operação da concessionária com suporte do Poder concedente, que é a SP Regula e o Serviço Funerário, permite que haja um ambiente propício a ajustes e aprimoramento dos serviços, sempre partindo dos requisitos mínimos descritos no Anexo 3, Caderno de Encargos das Concessionárias. Então, como bem diz o nome, é uma fase em que se visa que ajustes sejam feitos, para que o serviço nesses 24 anos que vão restar da concessão, ao final da fase de implementação, sejam feitos com cuidados para a população.

É óbvio que como servidor do Serviço Funerário, e quero aproveitar a oportunidade de cumprimentar os servidores presentes e o Sindsep que também se faz presente, nós como servidores do Serviço Funerário, às vezes, temos sentimentos ambíguos também com relação à concessão. Para nós, é dolorido quando os problemas que levaram esta Casa a decidir, como política pública, pela concessão do Serviço Funerário, também nos afetam.

Mas por outro lado, apesar disso, em que pese isso, nós temos sentimento de que temos de fazer o melhor, porque se não fizermos o melhor, se as concessionárias não assumirem isso com perfeição, se não melhorarem o serviço daqui para a frente, nós todos vamos sofrer como cidadãos lá na frente, quando os nossos parentes, nossos entes queridos ou, quiçá, nós mesmos precisarmos do serviço.

Então, é com esse sentimento que temos atuado, com bastante vigor e contando com os nossos servidores, que depois de passarem por um período difícil, que foi a pandemia, estão hoje à frente e auxiliando nesse árduo trabalho, que é passar *know-how*, acompanhar os serviços para que a concessão se desenvolva nos próximos 23 anos com tranquilidade.

Então, é o que basicamente gostaríamos de falar, nessa primeira fase de transição acompanhamos todo o serviço que foi feito. No dia 07, montamos lá no Serviço Funerário um gabinete de crise. Esse gabinete de prevenção e de solução de crises foi formado com o apoio da SGM, por meio da sua Secretaria de Desestatização, da SP Parcerias, SP Regula e pelas concessionárias. E os vários problemas que surgiam, o gabinete de crise estava lá desde às 6h e no primeiro dia foi até muito tarde. E pontualmente recebendo as reclamações tanto dos

municípios, como do próprio sistema que montamos dentro do Serviço Funerário para recolher os problemas que havia. Então, os nossos servidores passavam as demandas do que estava ocorrendo para solucionarmos.

Gostaria que nenhum atraso tivesse acontecido, gostaria que nenhum erro tivesse acontecido, mas as in contingências foram para o que nos preparamos, para o imponderável. E o imponderável ocorreu em várias circunstâncias. O Serviço Funerário, a SP Regula assume o papel de Poder concedente, com as obrigações contratuais referentes ao Poder concedente durante essa primeira fase de implementação. E podem ter certeza de que o Serviço Funerário continua atuando em prol da comunidade como atuou até agora, para que tenhamos lá no futuro uma concessão, uma prestação de serviço de melhor qualidade ainda, do que a que prestamos ao longo de tantos anos de existência.

Sr. Presidente, muito obrigado. Era o que tinha a falar.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado Gilson. Anuncio a presença da Sra. Lucia Salles França Pinto, que foi Superintendente do Serviço Funerário, neste ato representando o Deputado Simão Pedro – está com Covid-19 o Deputado Simão Pedro –, que foi Secretário de Serviços e Obras e no âmbito dessa Secretaria compunha também o Serviço Funerário do Município de São Paulo, na Gestão Haddad. Muito obrigado pela presença, desejamos a pronta recuperação do nosso querido Deputado Simão Pedro.

Presente conosco o Vereador Dr. Sidney Cruz, que foi Relator do Orçamento e o Vereador João Ananias. Estamos organizando, todos cabem, porém, a Mesa não comporta a todos e todas. Se formos falar que não há nenhuma mulher na Mesa, ficaremos envergonhados, então já vamos passar essa vergonha.

As inscrições estão encerradas, conforme combinado, no fim da fala do Gilson Luiz da Costa.

Com a palavra, o Sr. João Batista Gomes, representando o Sindsep, Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias no Município de São Paulo.

**O SR. JOÃO BATISTA GOMES** – Bom dia a todos e a todas, bom dia, Presidente

da Comissão, Vereador Jair Tatto.

O Sindsep vem acompanhando essa situação, pelo menos, desde 2017, quando o vendedor de serviço público, o então Prefeito João Doria, foi para a China, para os Estados Unidos, para a Europa, para tudo que é lugar com aquele *slide* lindão, para vender São Paulo para as grandes empresas.

E ele, felizmente, em 2017, não conseguiu, em 2018 não conseguiu. Aí, a promessa dele de continuar sendo Prefeito foi por água abaixo, virou Governador e depois virou empresário, de novo. Então, é essa a saga do João Doria: entregar a cidade de São Paulo e o Estado de São Paulo para a privatização.

Felizmente, ele não conseguiu. Mas, infelizmente, o Prefeito Bruno Covas também na tentativa e, enfim, o Prefeito Ricardo Nunes conseguiu fazer essa concessão, que foi adiada simplesmente cinco vezes pelo Tribunal de Contas do Município.

Da última vez que debatemos isso com o Tribunal de Contas, a resposta para o Sindicato foi: “Não tem mais jeito, isso não tem volta, o Sindicato tem uma posição ideológica sobre o assunto e nós não temos mais como mexer no contrato”. E hoje eu vejo na imprensa que o Tribunal de Contas está vendo possíveis falhas nesses contratos. Eu diria que não são “possíveis”, são falhas reais, porque eu acompanhei a projeção da SP Regula pela internet.

Eu me sinto muito agradecido pelos trabalhadores metroviários que entraram em greve hoje para exigir do Governador o pagamento do PLR, de participação nos lucros e resultados, que há três anos não recebem. O pessoal entrou em greve para poder exigir, e agora o Governador liberou a catraca do Metrô para não afetar a população. Porém, ele não tem dinheiro para pagar o PLR desses funcionários. Quer dizer, para liberar a catraca, beleza, mas para pagar o PLR, não há. Infelizmente, essa foi a marca de todos os governos nesse período.

Mas retornando ao assunto, eu vi a projeção da SP Regula e é evidente que, no papel, tudo é muito lindo, muito bacana, só que o Presidente da SP Regula sabe, e eu já perguntei para ele na última reunião que fizemos, quando haverá o concurso público para a SP Regula, que hoje funciona basicamente com cargos comissionados e com alguns servidores

emprestados da Prefeitura. É possível uma empresa desse porte fiscalizar contratos de concessão de toda a Prefeitura? São pequenos contratos: limpeza, iluminação; agora Serviço Funerário. É possível? É possível porque vocês não fiscalizam, esse que é o problema. Não fiscalizam.

Fiscalizar não é ficar vendo relatório. Quem fiscaliza a concessão do Serviço Funerário? O Tribunal de Contas respondeu: “Por ora, não tem um órgão fiscalizador. Por ora, é a SP Regula”, e a negociação se dava para que as próprias empresas concessionárias tivessem um fornecimento de investimento para contratar uma empresa para fazer essa fiscalização. É lógico que o senhor não vai falar que isso está no contrato, mas está. Está no contrato. Ou seja, as próprias empresas vão financiar a contratação de uma empresa para fiscalizar os contratos. É como colocar a raposa para tomar conta do galinheiro.

No dia 06 de janeiro, as empresas foram olhar o trabalho do Serviço Funerário e os trabalhadores podem confirmar que foram dois, ou três fiscais, por cemitério. Depois do dia 07, nós fomos completamente afastados e as empresas assumiram. A partir daí, ocorreram as coisas mais bizarras.

O Serviço Funerário tinha 2.200 trabalhadores no ano de 2000. Hoje, chegou a uma situação de ter 690 trabalhadores. Mesmo durante a pandemia, nos três anos de pandemia, os trabalhadores não pararam, houve até enterro noturno, e não pararam de trabalhar. Infelizmente o que vem acontecendo agora é essa política de concessão.

Na discussão com o Tribunal de Contas, por cinco vezes, foi adiada a concessão. O Tribunal só liberou por muita pressão política: eles deram a resposta para o Sindicato que não poderiam fazer mais nada, porque já era um terreno meramente político e eles não tinham mais como mexer no contrato. Mas agora dizem que há falhas no contrato, conforme está na imprensa. Temos inúmeras denúncias, e a resposta será: “estamos averiguando”.

Só para os senhores verem a situação do Serviço Funerário, os trabalhadores do Serviço Funerário tinham gratuidade do seu funeral e dos seus familiares. E, da noite para o dia, evidentemente, a partir do dia 07, não existe mais. No próprio dia 07, um servidor faleceu e a

família teve que pagar pelo seu enterro. Mas ainda temos, via Prefeitura, o auxílio-funeral. Nesse caso, a família terá que pagar pelo funeral e depois pedir o reembolso dessa verba.

Está presente conosco um casal que apareceu até na Rede Globo, que teve de enterrar a filha natimorta. Levaram quatro dias para enterrar essa criança e saíram do cemitério com um boleto no valor de R\$ 850,00, porque o CadÚnico estava desatualizado.

Por que eles tiveram que pagar esse valor de R\$ 850,00? Porque a tabela 4, no anexo 6, diz que o preço máximo do caixão infantil é de R\$ 299,00, sendo isento carro para cremação, para remoção, tudo isso é isento. Então, se eles tivessem que pagar alguma coisa, seria R\$ 299,00.

Eu acho que não têm que pagar mais nada. “Ah, mas está com o CadÚnico desatualizado”. É muita maldade, gente, porque a pessoa tem o CadÚnico, é verdade, ela tem que se utilizar dele, tem que manter atualizado, mas em um momento como esse não tem onde atualizar. A empresa concessionária orientou que procurassem a Caixa Econômica Federal para atualizar o cadastro. Chegando lá, falaram assim: “Mas o que vocês estão fazendo aqui? Aqui não tem como fazer atualização”.

O caso dessa família tem de ser revisto, tem que ser anulado esse pagamento, tem que haver gratuidade. Se não quiserem dar gratuidade, porque a empresa quer ganhar dinheiro, que sejam R\$ 300,00, que os trabalhadores do Serviço Funerário e o Sindicato ajudarão essa família a arrecadar o dinheiro, mas não os R\$ 850,00. Por que vocês não seguiram essa tabela? Sempre haverá uma desculpa.

Portanto, denúncias têm de monte. Está havendo todo dia e haverá mais. Aliás, vai diminuir porque os servidores estão afastados de suas funções, viu, Presidente? Há a condição de denunciar são esses trabalhadores do Serviço Funerário, que o senhor criticou: “Ah, são os insatisfeitos que estão denunciando”. Ora, tem que denunciar mesmo. Se está errado, tem que denunciar. Ou é para deixar a empresa privada agir do jeito que quer?

Daqui a pouco, os trabalhadores do Serviço Funerário serão afastados de todas as suas funções, então não haverá mais denúncia, será aquela verdadeira frase: “Paz de cemitério”,

a não ser que seja denunciado através do 156, que é controlado pela Prefeitura, só assim haverá um controle efetivo do que se faz, ou não.

Para encerrar, quero falar sobre a situação dos trabalhadores do Serviço Funerário. Esses 690 trabalhadores do Serviço Funerário estão afastados das suas funções, estão nos seus locais de trabalho sem funções, a não ser fiscalizar as empresas. Mas fiscalizar umas, né, porque as empresas não deixam o pessoal nem entrar na área administrativa. Como vai fiscalizar? Não vai fiscalizar. E queremos deixar essa denúncia.

Temos conversado com o Sr. Garcia sobre a transferência dos servidores para outros locais de trabalho, que é o mínimo. Mas o problema é o dia a dia do que acontece com esses trabalhadores: depois de 30 anos, 35 anos de trabalho, depois de passarem pela pandemia e darem conta do recado, agora estão sendo humilhados nos locais de trabalho. Eu nem digo tanto pela Administração, pode ser, mas pelas empresas concessionárias, porque as empresas não querem os trabalhadores do lado, porque os trabalhadores fiscalizam, olham o que está acontecendo. É isso que está acontecendo. Então, precisa afastar o trabalhador.

Teve um que chegou no cemitério e falou o seguinte: “Vai ficar você, você e você; vocês vão embora” – antes de assumir. Aí, conversamos com a Superintendência: “Não, isso não existe, ele não tem que escolher ninguém. Se algum trabalhador quiser trabalhar pela concessionária tem que pedir afastamento da Prefeitura ou se aposentar e trabalhar na concessionária, porque não pode um servidor público, no cargo, ir trabalhar em uma empresa privada que presta serviço para a Prefeitura”.

Para concluir, deixo essas denúncias.

É lógico que temos muito mais coisa para falar, mas não é possível.

Mas o que queremos dizer nesta audiência é que a Comissão de Orçamento e Finanças há todas as condições de continuar acompanhando. E como o Tribunal de Contas já diz que vai ter que rever as falhas do contrato, eu acho que a Comissão teria todas as condições de acompanhar e ver a realidade do dia a dia dos enterros.

E aí, o presidente, o diretor, vai dizer: “Não, o caixão é o mesmo valor”. É verdade, o

caixão é o mesmo valor, só que a tanatopraxia aumentou, as flores aumentaram, o portão do cemitério está fechado e daqui a pouco vai cobrar estacionamento. E quem vai arcar com isso? É a população de São Paulo.

Da parte do sindicato, nós vamos continuar defendendo os trabalhadores, vamos continuar defendendo a população. E dizer: nós queremos a luta para revogar esse contrato e voltar o Serviço Funerário 100% público.

Obrigado.

- Manifestação do público.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Correto. Sempre, depois das falas, são permitidas as manifestações. Muito obrigado a vocês também.

Os intérpretes de Libras, cujos nomes eu não tinha, são a Marilene e o Edmilson. Muito obrigado.

Está presente o Vereador Paulo Frange, que preside a Subcomissão da Tarifa Zero nesta Casa.

Quero informar que eu, como presidente, sou autor do requerimento, mas todos os nove membros, homens e mulheres da Comissão, são coautores deste requerimento.

Consultei as concessionárias. Eu só peço a confirmação.

Eles consideraram se ater a ouvir. E, se houver perguntas direcionadas, respostas ao final. E eu acho que faz sentido.

O que ocorre: quem criou o edital, quem criou a privatização ou parceria ou concessão – eu sou contra qualquer uma que seja, não importa o nome –, foi o Governo. Então, vamos ponderar que as concessionárias foram lá, disputaram e estão aí. Obviamente, terão que dar algumas respostas, baseadas no que o João colocou, dos preços colocados.

Mas é isso: vamos considerar, sim, o que eles nos colocaram – os diretores e presidentes das concessionárias. E havendo perguntas direcionadas, eles responderão ao final. Correto? Pode ser assim? (Pausa). Confirmado.

Temos oito inscrições presenciais e quatro inscrições *on-line*.

Vereadores e Vereadoras, eu pediria para a Assessoria, porque temos Vereadores que são da Comissão e Vereadores que não são desta Comissão, que podem ter outras tarefas na Casa. E aqui sempre permitimos de acordo com a disponibilidade de tempo – que eles têm outras tarefas nas suas respectivas comissões. Então, a Assessoria vai elencando, conforme a possibilidade e o tempo de cada um.

Vamos organizar as inscrições dos Vereadores, de forma presencial e de forma *on-line*.

Começo pelas inscrições virtuais. Tem a palavra a Sra. Márcia Shioda. (Pausa). Ausente. Tem a palavra a Sra. Maria Aparecida Morais. (Pausa). Ausente. Tem a palavra a Sra. Ivis Campos Lazarrini. (Pausa). Ausente. Tem a palavra o Sr. Celso Shimizo. (Pausa). Ausente. Não houve manifestação. Se alguém vir a se manifestar, sabemos que é problema de conexão e a Assessoria me comunica. Se alguém que foi chamado conseguir se conectar, avisem, por favor, que nós garantimos a palavra, pois sabemos que é problema de conexão.

Passo a chamar os inscritos presenciais, que terão três minutos para falar.

Tem a palavra o Sr. Deodoro Vaz. (Pausa)

**O SR. DEODORO VAZ** – Bom dia, senhoras e senhores.

Cumprimento toda a Mesa na pessoa do Sr. Presidente e também cumprimento os demais auditores virtuais e presenciais.

Uma palavra que reforço: os mais humildes são os mais prejudicados.

Eu sou servidor público, hoje atuando na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, e trabalho com os mais humildes, na ponta, que estão sofrendo com as mudanças climáticas. E o serviço público tem essa visão de atender esses mais necessitados; ao passo que a iniciativa privada tem outra visão, a visão do lucro.

Os colegas colocaram várias placas de não à privatização, mas tudo isso tem essa função profunda: que a privatização tem um objetivo, e o serviço público tem outro objetivo.

Eu não sou da parte dos cemitérios, sou da carreira de engenharia, mas eu estou aqui apoiando os colegas nesse embate, nessa questão toda que o João colocou muito bem aqui

no palco.

Eu queria fazer umas colocações, principalmente, para a Marcela Arruda Cristina Nunes, que foi convidada, mas não esteve presente. Eu queria mandar um recado para ela.

Eu sou servidor público em um momento de encerramento de carreira. O desrespeito da gestão com as privatizações mais caras, motivadas pelo processo caótico de funcionamento público, nos termos de ferramentas colocadas à disposição dos servidores.

Quer dizer, sem ferramentas, não conseguimos trabalhar, pessoal. Se não houver, do Governo, um incentivo, um apoio, para que os servidores consigam produzir os trabalhos, a privatização vai tomar conta de tudo. E eu não vejo isso como solução. Eu vejo, como solução, um investimento muito menor que o Governo faria para a condição de trabalho dos servidores, dando um resultado superior para a população. Principalmente, para quem? Para os humildes, que são os que necessitam da Prefeitura. O pessoal que tem posse, dinheiro, valores à disposição, se resolve por ele mesmo; são os mais humildes que sofrem. E são os mais humildes que pagam, como falou o João, R\$ 850,00 por um serviço de R\$ 290,00. E eles, nunca condição como essa, mal têm condição de se defender com a palavra, com o conhecimento, com a sua capacidade, e procuram os sindicatos para essa situação.

Continuando o recado para a Secretária: somente melhorar o salário dos ingressantes desprestigia os carreiristas mais longevos, que dedicaram suas vidas às soluções das questões municipais – 30 anos, 35 anos, 40 anos de suas vidas.

É somente um recado para a Secretária cuidar desse detalhe.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra o Sr. Valdemar Bambini.

Depois, a Lúcia Sales França Pinto.

Registro a presença do membro desta Comissão, Vereadora Cris Monteiro.

**O SR. VALDEMAR BAMBINI** – Bom dia a todas a todos.

Quero cumprimentar a Mesa na presença dos Parlamentares, do Presidente da Comissão Jair Tatto. Sou funcionário público do Serviço Funerário, aposentado, trabalhei por 35 anos no Serviço Funerário.

São três minutos, mas tenho muita história para contar do Serviço Funerário, que é uma autarquia que emprestava dinheiro para a Prefeitura. É altamente rentável o Serviço Funerário. O Serviço Funerário fez a reforma do Autódromo do Interlagos com o dinheiro do Serviço Funerário. De vinte anos para cá, foram sucateando o Serviço Funerário. Não havia concurso público, foi sucateando...

Quero dizer que, quando do informe de se fazer a concessão do Serviço Funerário, nós, trabalhadores defensores do serviço público, lutamos para que isso não acontecesse. Foi publicizado, informado pela imprensa, fizemos vários debates, discutimos, porque a gente sabia – quando a gente conhece o serviço público, por exemplo, eu sei que muitos países estão hoje regulamentando o Serviço Funerário em seus países, e, nós, da cidade de São Paulo, temos um avanço em termos um Serviço Funerário público, porque nós fiscalizamos aquilo que há de errado e que existe no serviço da morte. No passado, tínhamos desvios de órgãos; tínhamos muitos problemas, e, a partir do momento em que o Governo passou a regulamentar o Serviço Funerário isso foi acabando; e nós sabíamos: não adianta a São Paulo Regula vir aqui falar mentiras; não adianta vir mentir, dizer aquilo que nós sabemos que está acontecendo.

Hoje, a família chega na agência, e não é apresentada Açucena, nem Jasmim; é apresentada uma urna maior, com valor maior. Hoje, se você não vai viajar com o falecido, você não precisa fazer tanatopraxia, porque o próprio hospital faz o tamponamento do corpo. Então, por que fazer tanatopraxia? Por que fazer com que a família gaste mais dinheiro nesta hora da morte?

A gente sabia que o serviço privatizado iria explorar a população de São Paulo.

E outra, o nosso serviço em São Paulo sempre foi assim: a família chega na hora de fazer o sepultamento, não há dinheiro porque se ela ganha dois ou três salários mínimos, tem que comer, beber, se vestir, pagar condução, escola da criança, e, chega na hora do imprevisto, não há dinheiro para fazer o sepultamento e vai passar ridículo para lá e para cá, fazer vaquinha com os vizinhos para poder pagar o sepultamento de uma pessoa carente? Isso é um absurdo. É um absurdo o que está acontecendo aqui em São Paulo.

Portanto, nós temos que revogar esse projeto, porque não pode, isso não existe em lugar nenhum. O serviço privado poderia complementar o serviço público, não gerir o serviço público que tem que ser gerido pela Prefeitura e não pelo serviço privado.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado.

Sra. Lúcia Sales; em seguida, Valdir Pedro da Silva.

- Assume a presidência o Sr. Isac Felix.

**A SRA. LÚCIA SALES FRANÇA PINTO** – Bom dia a todos e todas.

Eu, em nome do Vereador Jair Tatto, cumprimento toda a Mesa, Srs. Vereadores, Governo e, principalmente, os funcionários que aqui estão.

Venho representando do Deputado Simão Pedro que foi Secretário de Serviços na gestão do Haddad, eu fui superintendente do Serviço Funerário. Ele só não está presente, como disse o Vereador, porque ele positivou para Covid-19 ontem, porque, se não, estaria aqui.

A morte não é mercadoria. (Palmas) O Supremo Tribunal Federal tirou do comércio, quando isso foi discutido, como quando foi discutido se a educação e saúde poderiam ser públicas e privadas, na questão funerária, não. Porque é a hora da fragilidade, a hora em que o estado de bem-estar social tem que amparar o luto. Nós temos o estado com essa função de amparo, especialmente, aos que mais precisam.

Então, não é possível imaginar que o corpo é uma mercadoria. Nesse sentido, o serviço era público e em monopólio. E assim é decidido porque, nessa hora da fragilidade, não é hora de chantagem, de falar “faça àquele que te deu em vida” etc., vender tanatopraxia, e a gente sabe como está na ponta. Nunca recebemos tantas denúncias. Não há o velório gratuito. A pessoa chega e quer o gratuito, não tem a urna; porque está à serviço do lucro. Quando isso faltou no passado? Ao invés de estar a serviço do superávit do serviço público é para reinvestimento.

Em que lugar da economia mundial existe um monopólio deficiente? Só nos governos tucanos que tiveram Serra e Kassab. Quando nós chegamos lá, estavam querendo privatizar,

então, a gente encontrou o Serviço Funerário totalmente sucateado, sem concurso, sem funcionário, com pouco carro, e o pessoal levando nas costas aquilo, levando com o espírito público do servidor.

Em apenas três anos, nós pegamos o Serviço Funerário com um déficit de 8 milhões e não existe déficit em monopólio. Isso só é um sucateado planejado, Vereador, para falar que não presta e para privatizar. É assim que nós estamos vendo esses neoliberais agirem e temos que resistir, contar com a Casa e com os representantes do povo para nos ajudar nisso.

Então, nós pegamos com déficit de 8 milhões e entregamos com 18 milhões, com um superávit de 6 milhões em caixa, reconhecido pelo Tribunal de Contas como única autarquia superavitária em três anos, com apoio dos Srs. Vereadores fizemos reformas em nove cemitérios. Eu fiz questão de fazer o antes e o depois. Estranha-me que aqui não tenha nenhuma mulher (Palmas), porque, quando eu fui escolhida pela experiência na área pública, porque sou gestora pública há mais de trinta anos e, também, porque a mulher tem um olhar de cuidado, um olhar em leque, um olhar que sabe das coisas, que se preocupa com o vizinho, com o tecido social.

**O SR. PRESIDENTE (Isac Felix)** – Lúcia, vamos à conclusão, só cortando um pouco. Na nossa Comissão de Finanças e Orçamento temos duas, que devem estar *on-line*, a Rute e a Cris Monteiro, apenas para justificar. Está bom?

**A SRA. LUCIA SALLES FRANÇA PINTO** – Isso mesmo, porque quem é mulher sabe que isso é o comum.

**O SR. PRESIDENTE (Isac Felix)** – Conclua, Lucia, por favor.

**A SRA. LUCIA SALLES FRANÇA PINTO** – O que nós estamos tentando falar é que esse serviço, por exemplo, em São José dos Campos, privatizou, reestatizou. No Rio de Janeiro, privatizou, e está uma bagunça. Em São Paulo, o que está acontecendo? A crônica da morte anunciada, não é isso? O que está acontecendo? Essa bagunça. As pessoas estão sendo maltratadas.

Outra coisa, recebi a denúncia: serviço gratuito. Chegou no gabinete do Simão:

serviço gratuito cobrando para tanatopraxia. Tanatopraxia é um esforço que a gente estava vendo com a Secretaria da Saúde para ser regulamentado, para ser fiscalizado, porque usa produtos químicos, que não deveriam ser usados, é algo que precisa ter muito cuidado e é, de novo, uma área de saúde pública.

Por fim, o que eu tenho que colocar: o cemitério é um parque de memórias. Nós ganhamos dois prêmios internacionais. Esse patrimônio histórico cultural está sendo entregue, é um museu a céu aberto. São parques, Père-Lachaise, em Paris, é o quarto lugar mais visitado da cidade, turisticamente. Por quê? Porque é um parque e porque é público, é da Prefeitura do Município e é de graça para entrar.

**O SR. PRESIDENTE (Isac Felix)** – Muito obrigado, Lucia.

**A SRA. LUCIA SALLES FRANÇA PINTO** – Mas sabe o que é? Precisamos falar, porque estamos diante de uma questão e os Srs. Vereadores precisam nos ajudar a revogar isso. Nós ombrearmos para que isso volte, a morte não é mercadoria. O Supremo retirou do comércio não é à toa. Aqui estava tudo preparado, na saída do Governo Haddad, tinha um decreto e um projeto de lei para transformar o Serviço Funerário em serviço municipal de luto e memória. Porque não é só o funério, é o amparo do luto. Nós chegamos a ter 75 psicólogos para atender no IML, em um convênio do IML com as faculdades.

Esse é um assunto para ser público, não é para ser a serviço do lucro. É por isso que a gente se indigna como cidadã e pede que isso seja revertido.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Isac Felix)** – Obrigado, Lucia. Com a palavra, Valdir Pedro da Silva, por três minutos, por favor. Vamos tentar.

**O SR. VALDIR PEDRO DA SILVA** – Meu nome é Valdir. Estou completando 28 anos de bons serviços prestados ao Serviço Funerário e peço desculpas se eu ofender algum de vocês. É a minha opinião que vou expor.

Santa ingenuidade de alguém daqui que aprova, que assina embaixo, um contrato de privatização do Serviço Funerário, achando que os capitalistas vão pegar isso aqui e não vão

querer explorar a população. Santa ingenuidade.

A Superintendência do Serviço Funerário, não sei porquê, alguém deveria explicar, parece aquela corrida de troca de bastões. Eu corro 100 metros, entrego para ti; o outro corre mais 100 metros, entrega para o outro. Eu não sei porquê. E só entra gente que não entende nada de Serviço Funerário. Nada de Serviço Funerário. Alguém deveria explicar o porquê da privatização de um Serviço Funerário que presta um serviço essencial à população. Isso aqui é lucrativo.

Agora, eu não sei por que essa ingenuidade de fazer a privatização. Não dá para entender. A privatização deveria ser proibida neste país. O Governo deveria ser proibido de fazer obras, porque a população, o pessoalzinho que não entende muito de política, que critica a privatização, mas apoia o privatizador. Elege, como agora em São Paulo, um governador que fez campanha dizendo que ia privatizar o Metrô, Sabesp e tudo o mais. E quando privatiza, reclama.

Eu queria saber se o Superintendente sabe o que é columbário. Se ele sabe quanto custou aquele columbário que está lá no Cemitério São Pedro, se foi pago. Como privatiza e não paga as dívidas. Tem um monte de dívida, por que não paga os precatórios dos funcionários? Como o funcionário vai sobreviver? Vocês já pensaram como vai sobreviver um funcionário do Serviço Funerário depois da aposentadoria, com esses vários aumentos, de vários anos, de 0,01%? Quanto vocês tiveram de aumento, vocês se aumentaram durante todo esse tempo. Vocês pensam na vida ou vocês são desumanos?

Político é desumano, porque não pensa no povo. Vocês imaginam por que há gente doente trabalhando nos cemitérios? Não conseguem se aposentar, porque se aposentarem vão passar fome. Como nós vamos sobreviver com a aposentadoria que vocês dão para nós? Vocês já pensaram nisso? É sempre, há vários anos, a gente está tendo 0,01% e para vocês quanto se aumentaram?

Eu gostei muito da fala do senhor, gostei. O senhor falou que é governista há muito tempo. Há muito tempo o senhor não está vendo o sucateamento do Serviço Funerário. Agora é

que privatizou. Agora é que concretizou o crime contra a população de São Paulo e o senhor veio falar contra a privatização. Há quantos anos vêm esse sistema podre do Serviço Funerário? A corrupção dentro do Serviço Funerário e se existe corrupção é porque existe conivência. E ninguém toma providência?

A privatização do Serviço Funerário, na minha opinião, é um crime contra a população de São Paulo e vou falar mais, o serviço gratuito, vocês dificultam...

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Conclui, Valdir.

**O SR. VALDIR PEDRO DA SILVA** – Vocês dificultam tanto o acesso ao serviço gratuito que a população cansa e resolve pagar. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O.K. Obrigado, Valdir.

Quero fazer um registro. Tudo isso está registrado nos Anais e se há conivência deste Presidente e de qualquer Vereador ou Vereadora desta Casa e desta Comissão, no que diz respeito à corrupção, eu posso afirmar que não há conivência. E se houver...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu estou aqui para defender vocês. A audiência pública foi feita para defender vocês, não defender quem está nesta Mesa. Se houver a conivência que V.Exa. falou, por favor, relate à Corregedoria da Casa e onde mais desejar. Pode ter sido até na emoção, mas quero fazer esse registro.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Não há conivência de Vereadores desta Casa. Por favor, passe à Corregedoria desta Casa.

Com a palavra, Cilene Cunha e, em seguida, Sheila Araújo, do Sindsep.

Nós estamos encerrando as inscrições e, em seguida, passaremos a palavra aos Srs. Vereadores e Vereadoras. Eu pedi uma ordem de inscrição à assessoria, porque depois vamos nos organizando conforme o tempo de cada um com as outras atividades.

Sra. Cilene.

**A SRA. CILENE CUNHA** – Bom dia a todos e todas.

Eu sou uma cidadã e fui convidada para participar desta audiência pública, porque eu acabei de passar por essa questão com o falecimento de uma pessoa da família, uma pessoa que é um pouco distante, solteira, sem ninguém e que a gente teve que ajudar.

Por sorte, eu tenho contato com a Lucia, que foi superintendente e me orientou, mas tudo o que ela orientou, eu passei. Ela me orientou para tomar cuidado com os oferecimentos, que são comuns nesse período, mas eu vou começar da minha experiência de segunda-feira. Quando essa pessoa faleceu, ela estava em uma casa de repouso, na zona Norte. Eu moro na zona Sul. Eu fui para lá e a casa de repouso não soube encaminhar absolutamente nada. Chegamos lá, disseram que tinha que ir para uma delegacia, sorte que Lucia havia me orientado e tinha me dado um ou outro contato, porque me apoiou nos andamentos.

A casa de saúde não sabia que tinha que chamar o SAMU, por exemplo. Eu patinei em duas delegacias até saber que era a casa de saúde que tinha que dar a solicitação para o SAMU para constatar a morte na casa de saúde. A casa de saúde queria me cobrar R\$ 1.400,00 para me dar um atestado de óbito e R\$ 2.800,00, caso fosse cremação. Já começou tudo confuso por aí. Quando eu cheguei na segunda delegacia, porque na primeira me encaminhou para a segunda, o delegado orientou que era a casa de saúde que teria que chamar.

Liguei para a casa de saúde para chamar o Samu, a orientação era que: “Olha, o Samu já foi chamado”, mas não deu previsão de chegada. Eu esperei, não foi demorado, o Samu atendeu pronto, assim, demorou uma hora e meia mais ou menos. Eu já estava há quatro horas para lá e para cá.

O.K., consegui esse documento, fui para a delegacia para fazer o boletim de ocorrência. Fiz o boletim de ocorrência, voltei para casa, cheguei em casa, disseram que o corpo já estava sendo encaminhado para o SVO, que eu teria que ir para lá para dar os dados e tudo mais. Lá fui eu para o SVO, fiz tudo direitinho, não sei o que lá, “Olha, a partir de tal hora vai estar liberado o corpo”. No dia seguinte de manhã, fui de novo, voltei lá, estava liberado, e fui na agência que é dentro do SVO, que acho que a Lúcia... foi uma implantação no período que a

Lúcia era superintendente; tem uma agência lá dentro, e fui.

Não encontrei nenhum dos valores que vocês citaram aqui. Os valores são todos acima, muito acima. A questão do cuidado com o corpo, porque só foi enterrado ontem e morreu na segunda-feira, me foi oferecido por R\$ 1.800,00, além dos R\$ 3.300,00 que eu estou aqui com a nota discriminada, cada item. Nenhum deles tinha esse valor de R\$ 566,00 – nenhum deles, nenhum deles. Inclusive, o mais barato não tinha. "Olha, a senhora tem que começar do padrão para cima, porque nem esses nomes tem mais".

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Conclui, por favor.

**A SRA. CILENE CUNHA** – É o padrão para cima e que, com todas as taxas, daria tudo isso R\$ 3.300,00, conforme eu falei. Eles falaram que podia dividir em até seis vezes.

Mas eu gostaria de relatar que durante esse período dessa transação toda, à noite, quando eu cheguei em casa e que eu estava esperando o corpo ir para o STO, eu recebi dois telefonemas de empresa me oferecendo – não sei como eles acharam meu telefone –, me oferecendo por 5,5 mil o tratamento. Eu, como já tinha sido orientada, agradei e falei “não, muito obrigada, eu já estou orientada, eu vou lá fazer o meu processo como devido cidadão e cidadãs têm direito”. Cheguei lá...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Cilene, o seu relato tem sido muito importante para a gente, vai ficar registrado, mas eu preciso da conclusão por causa do tempo.

**A SRA. CILENE CUNHA** – Eu vou concluir, já concluindo.

E aí, então, eles não me deram a opção mais barata, não me deram a opção social gratuita, nada, nada me foi ofertado nesse sentido, só de um padrão para cima, que era mais caro; para baixo eles não me deram nada. E eu acho que, como bem a Lúcia colocou, os corpos não são mercadorias e os nossos sentimentos não são mercadoria. Eu sinto muito por você também e eu gostaria que os Vereadores olhassem um pouco com olhar humano e não mercadológico, porque mercado é para outras coisas.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Cilene.

Sheila Araújo Costa, do Sindsep, depois o Alison Ferreira e, encerrando, a Ana Cláudia Severino Rivera.

**A SRA. SHEILA ARAÚJO COSTA** – Bom dia a todos e todas.

Eu venho acompanhando também toda essa transição do Serviço Funerário e a gente tem feito, na última audiência pública, a gente tem feito esse debate. A gente já tinha falado desse quadro, do que ia acontecer, porque a gente acompanha as privatizações em outras áreas também.

E qual que é a lógica? A lógica é a da precarização, por isso que eu faço questão de perguntar: onde estão os heróis? Eram heróis naquele momento da pandemia, e agora estão sendo tratados de que forma? Porque eu tenho certeza, se tivessem investido no Serviço Funerário, se tivessem dado equipamento... Porque, se não fosse o Sindicato ir lá brigar por EPI e também bem no alto da pandemia, a Prefeitura não se responsabilizou, não, não deu essa atenção. Se tivessem feito o trabalho que deveriam ter feito de ter aberto concurso, de ter feito a zeladoria, não teria chegado nesse momento que chegou. Mas qual que é a lógica? É essa. A lógica é a da precarização para privatizar. Só que eles estão indo além, eles fizeram o que agora? Concessão.

E aí tanto que eu trago um dado aqui, eu até peguei aqui no *Estadão*: assim que foi batido o martelo, ano passado nós acompanhamos também, que as empresas saíram vitoriosas do processo de licitação, mercado de luto chega à bolsa. Grupo Cortel, administrador de cemitérios privados, entra com pedido de OP. E aí até eles estranharam, o mercado da morte. Então essa é a lógica mesmo da privatização, do preço, do lucro. É a Prefeitura se isentando da responsabilidade do bem comum, fazendo com que isso vire mercado, e a gente está vivendo isso.

Eu, como diretora do Sindicato, tenho fiscalizado os cemitérios e a primeira coisa... Às vezes o munícipe chega para mim: “Ai, que bom que o Sindicato chegou, me ajuda aqui”. “Ah, porque a cota do serviço do funeral social acabou”. A cota do serviço funeral? E aí eu orientei a família, falei assim: “Olha, eu não consigo estar indo aí agora, mas chama a polícia. Quero ver

que cota é essa que acabou”. Aí, ela mandou: “Ai, obrigada, já resolveram”. Já resolveram?

Teve uma outra lógica lá na zona Norte também, que eu cheguei, a mulher faleceu 5h da manhã em casa, o médico já tinha dado toda a documentação para fazer o enterro. Sabe quem estava negociando com a empresa para enterrar... com a família para enterrar no outro dia? A empresa do transporte, porque não há carro. A gente está vendo o tempo que está levando para fazer os enterros. E aí como que interveio? Sabe como que eu consegui resolver? Quando eu peguei o telefone e fui ligar para a imprensa.

Aí a empresa viu, primeiro que o motorista perguntou quem eu era, eu falei: “Não é da conta dele”, que ele também quis me intimidar nesse processo. “Eu estou aqui orientando”. Na hora que a gente ameaçou ligar para a polícia, aliás, para a imprensa, em duas horas resolveram. E aí a família olhou para mim e falou assim: “Eu quero enterrar minha mãe. Faz 11 anos que minha mãe está acamada, usando sonda, por condição do Alzheimer, e estão mandando eu enterrar no outro dia? Quem são eles?”. Não lidam com o luto, com a dor do outro, porque virou negócio.

E aí eu estou aqui para falar também em nome dos trabalhadores do Serviço Funerário. Em algum momento perguntaram para esses servidores o que eles queriam fazer? Em algum momento pegaram essa especificidade... Porque eu não teria essa bagagem, essa coragem, essa honra de trabalhar, fazer o trabalho que vocês fazem, de lidar com a dor do outro, de ter respeito naquele momento. Mas vocês não estão sendo respeitados.

A gente tem conversado, sim, lá na Superintendência, mas o problema não é nem aqui, é lá atrás. Em nenhum momento pensaram nesse trabalhador, nesse servidor. Estão tratando a pó, literalmente, estão jogando, porque aí, agora, mesmo indo... Eu ouvi de um administrador de cemitério: “Ai, fica tranquila, vocês são servidores públicos, vocês não vão ser mandados embora”. Mas alguém quer estar na situação que está hoje, sem fazer nada na unidade? Alguém está feliz com essa situação? Claro que não. Estão sendo tratados da pior forma possível.

Logo no primeiro dia da concessão, a gente recebeu denúncia e eu fui verificar. A

empresa proibiu o trabalhador de usar o banheiro. Isso não é mentira.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Conclui, Sheila, por favor.

**A SRA. SHEILA ARAÚJO COSTA** – Então, eu estou aqui para fazer essa defesa tanto do... E aí o que eu acho... O que me admira no nosso trabalho como sindicalista é isso, a gente briga pelo trabalhador, mas a gente briga pela população, porque a gente não pode esquecer que a gente também é munícipe e a gente tem que fazer essa defesa.

Não à privatização. Revoga já essa concessão. E, aliás, a gente tem que ficar de olho nos outros serviços, que agora que está na linha de frente também são as casas de cultura, para privatização.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado.

Vereador Hélio Rodrigues, acho que tem um compromisso e me avisou já antecipadamente. Tem a palavra, Vereador. Depois, o Alison e Ana Cláudia.

**O SR. HÉLIO RODRIGUES** – Obrigado, Sr. Presidente Jair Tatto da nossa Comissão de Finanças, e os demais companheiros que compõem, os Vereadores que compõem a Comissão de Finanças aqui da Casa.

Parabenizar por essa audiência pública e lembrar que essa audiência pública, quem chamou foi o Vereador Jair Tatto e a Comissão que assinou, para prestar esclarecimento aqui para todos e todas que estivessem aqui hoje, que também estão acompanhando a gente *on-line*. Parabenizar a presença de quem pôde vir nesse dia difícil.

Lembrar que, se há uma greve dos metroviários, dos trabalhadores metroviários, é por culpa do Governo que não soube negociar. Porque os trabalhadores, Vereador Jair Tatto, só vão à greve na última, como a última consequência. O Sindicato vai ser penalizado, a categoria vai ser penalizada, o povo vai ser finalizado, então sindicalista não vai para greve à toa, não; só vai quando se esgota todas as mesas de negociação. Então, se eles estão em greve, é porque a greve é merecida desses companheiros.

Mas eu acho que o atraso, Vereador, nem é por causa da greve, é por causa da

quantidade de farol que essa cidade tem, que não funciona. É impressionante o que está acontecendo nessa cidade. E aqui, quero parabenizar os trabalhadores servidores da CET que estão dando um duro danado para corrigir essa falha que nós estamos vendo aí.

Coronel Gilson, com a Sra. Carolina.

Semana passada, [estivemos] com a nossa ex-Vereadora, e atual Deputada Federal, Juliana Cardoso, para tratar dos trabalhadores que prestam o serviço dentro dos cemitérios, os jardineiros, que estão sendo expulsos; não estão deixando eles trabalharem. E nós ficamos de ter uma devolutiva – que eu não tive.

E quero lembrar – muitos deles estão aqui – que estamos nessa luta para que eles tenham acesso ao trabalho que executaram durante muito tempo de suas vidas.

Agora, eu queria fazer uma correção: eu estou desde os 14 anos no serviço privado, na competição do privado – eu sou funcionário de uma empresa chamada Plásticos Mueller, que existe há 70 anos, que disputa o mercado privado como se disputa. Esse tipo de concessão, privatização, não é a mesma coisa. O cara, quando abre um salão de cabeleireiro, vai disputar com todo mundo que está em volta, ele não tem privilégios; esse tipo de concessão dá privilégios.

E outra coisa que eu queria dizer é o seguinte: não dá para ter concorrência nesse tipo de serviço. Isso foi falado pelas companheiras. Como fazer concorrência no momento mais difícil da pessoa, quando ela tem que decidir sobre um ente querido que acabou de falecer? Eu vou ter que ficar sabendo se eu pago cinco, se eu pago dois, se eu pago três? Isso é um absurdo. Um serviço tão estratégico como esse, importante para a cidade, que é lucrativo, não pode estar na mão de quem vai decidir se é três, quatro ou cinco.

Quero parabenizar demais o Vereador Jair Tatto e a Comissão por esta audiência pública para discutir os temas que estão aqui.

As privatizações feitas neste país, as concessões, ou o raio que o parta, nunca beneficiam a classe trabalhadora, nunca beneficiam aqueles que usam o serviço.

Parabéns, Vereador. Obrigado. Estamos aí.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Vereador Hélio Rodrigues.

Tem a palavra o Sr. Alison Ferreira.

**O SR. ALISON FERREIRA** – Bom dia a todos.

Eu venho falar um pouco do meu caso, que não é o primeiro, já houve outro há cinco anos, mas este foi o que chegou ao extremo.

No dia 13, a minha esposa deu entrada na Santa Casa para fazer o pré-natal e foi constatado que o bebê já estava em óbito na barriga dela – um óbito recente. Eles a seguraram até o dia 14 para fazer o parto, para não prejudicar a saúde dela.

Após o nascimento do bebê, eu fui até a administração e perguntei como eu faria para ir ao IML e dar entrada; e, pelo horário, que já era umas seis e meia, eles me comunicaram que o IML estava fechado. Não tem cabimento um IML, dentro de um hospital, fechar. É IML, toda hora tem óbito.

Aí ficou para o dia seguinte, dia 15. Nesse dia, eu cheguei lá e eles me comunicaram que a autópsia do bebê só iria sair no dia 16, após o meio-dia.

Fui lá, fiz o reconhecimento do corpo no dia 16 e fomos até o Memorial da Consolação. Chegando lá, me deram a opção pública ou pagava – apenas essas duas. Falamos que não tínhamos condições de pagar. Aí ficou pelo CadÚnico.

A minha esposa estava com o CadÚnico atualizado – eles puxaram no sistema e falaram para nós que estava desatualizado. Pedimos um momento para ligar para a Subprefeitura para procurar saber o que tinha acontecido, e nos passaram que estava tudo atualizado. Mesmo assim, a funcionária batia o pé, falando que estava desatualizado, a todo custo querendo nos fazer aceitar que teríamos que pagar – sendo que é um direito nosso.

Ela falou que o caixão e o transporte ficariam R\$ 650,00. Nós falamos que não tínhamos esse dinheiro. Aí ela falou: “Vocês podem ir na Caixa Econômica para ver se vocês conseguem atualizar”. Pegou o endereço, anotou em um papel o endereço.

A minha sogra e esposa foram até a Caixa Econômica. Chegando lá, eles falaram que não era lá; que era no CadÚnico. Conseguimos ligar para a imprensa que veio e conversou com a gente. Após quarenta minutos de a imprensa estar lá, o gerente do memorial trouxe uma

terceira opção de gerar um boleto com prazo de sessenta dias. Até então, não tinha essa opção.

Ficou em R\$ 850,00 que era o caixão, o transporte – que deveria ser gratuito, porque já usei o Cad e foi gratuito há cinco anos – e o sepultamento. Ela fez o boleto.

Quando chegou no dia 17, dia do sepultamento, perguntaram se tínhamos pagado o sepultamento. Falamos que era gratuito, mas antes de falarmos que era gratuito, a mulher falou que era R\$ 570,00, no caso R\$ 850,00 mais R\$ 570,00, que dava, mais ou menos, R\$ 1.400,00. Falamos que não tínhamos. Colocamos o caixão na pedra para podermos fazer o sepultamento, só que não teve velório também, era lacrado, era natimorto, que foi um descaso.

Eu estou aqui hoje porque não é a primeira vez que eu passo, a segunda foi negligência médica; agora, negligência funerária. Até onde vai nosso país assim com esse descaso? Essa desumanidade? Nós não temos direito para nascer, para viver, na hora de morrer, com o monte de impostos que pagamos a vida toda, não temos direito para morrer, para enterrar um ente querido.

Eu queria saber de vocês: qual a solução que vocês têm para o nosso país com tudo isso? Não sou eu, são milhares de pessoas que passam pela mesma situação. Hoje mesmo, nós estamos com outro óbito que é o tio da minha sogra, desde ontem às 7h da manhã, a perícia foi chegar lá 9h da noite, para fazer a perícia, para a previsão do IML para remover o corpo. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O.K., Alison. Muito obrigado. É importante o seu depoimento.

Ana Cláudia; em seguida, o Vereador João Ananias; tem uma ordem e os Vereadores vão me avisando.

**A SRA. ANA CLÁUDIA SEVERINO RIVERA** – Bom dia a todos.

Em cima da fala do meu genro, eu, como mãe solo e periférica, o constrangimento foi uma falta de respeito humano ao próximo (Palmas); desrespeito total, sendo que nós, brasileiros, temos um país muito rico. Foi uma falta de respeito, principalmente, na hora do sentimento de uma família de enterrar o seu ente querido. E, agora, está se repetindo hoje, infelizmente, na minha família. Serão quantas famílias mais desrespeitadas? Quantas famílias

vão ser podadas a enterrar o seu sangue? Sendo que nós pagamos impostos de um papel de bala a uma caixa de fósforos que compramos.

Agora, nós vamos viver sobre isso? Porque ela ficou com risadinha dentro do Cemitério da Consolação; só que eu sou preta, já começa a burocracia por aí, sou mãe solo, sou periférica, então, preto já é mal visto na sociedade. É difícil estar dentro de uma sociedade. Nós não fazemos parte disso daí. Eu falo porque eu fui candidata a Vereadora e saí na chapa para Deputada Estadual. Nós não temos, sabem por quê? Porque nós somos apenas uns favelados no meio da sociedade e vamos fazer mal; vamos manchar a imagem deles. Mas, não. Nós temos os nossos direitos.

E, no dia 09 de dezembro de 2022 – eu sou uma lalorixá, com muito orgulho, e amo minha religião. Eu coloquei Deus na frente e passei lista na comunidade para enterrar um filho de consideração, porque a Giovana também não é minha filha carnal. Ela é minha filha adotiva, não é biológica. Estou passando, desde os 13 anos, coisas que são bizarras, fora do comum. Uma menina, dentro da comunidade, passa por coisas que só quem passa sabe a dor que sente. Mais uma vez, eu não ia deixar a minha filha passar o que ela está passando.

Então, a terceirização é tirar o direito da gente, ser humano, a prestar um serviço digno, porque não tinha isso. Morria hoje, amanhã quando fosse 14h já estava tudo resolvido. Hoje, não. (Palmas). Eu levei quatro dias. Então, chega. A intolerância está zero. E eu vou aonde for que tiver que bater, para lutar.

Eu sou contra a terceirização. Respeito, em primeiro lugar, com as famílias, em ambas as partes. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Isac Felix)** – Muito obrigado, querida.

Vamos ouvir a palavra, agora, do Vereador João Ananias e, em seguida, do Vereador Paulo Frange.

**O SR. JOÃO ANANIAS** – Bom dia a todas e todos.

Quero cumprimentar a Mesa em nome do Presidente.

A gente sabe que o auxílio-funeral é um direito constitucional. Ele está garantido na

Constituição Federal. Na verdade, antes de falar isso, quero dar os meus sentimentos aos familiares que passaram pelas dificuldades de ter o seu ente querido recebido com dignidade no cemitério, fazer a sua remoção, fazer aquele trâmite do dia a dia, porque fazer um velório, para os familiares, é muito difícil. Por isso a gente queria dar esse sentimento para vocês. Na verdade, é difícil.

Mas quando a gente fala de privatização, gente, a gente está falando de lucro. As empresas não vêm privatizar, não vêm querer a concessão do serviço público se não tiver lucro. Tenho certeza que falaram para vocês o seguinte: quando a gente pensar em lucro, há privatização. Nenhum empresário irá comprar o serviço público se não tiver lucro. E a gente sabe que, todo dia, se você vai ao cemitério, tem vários, vários óbitos. Então é lucro.

E a gente precisa pensar um pouquinho, Vereadores e empresários, nesses familiares, porque no dia a dia os mais afetados são os mais pobres, porque os ricos têm cemitérios particulares, têm seus túmulos particulares. É muito importante que a gente pense um pouquinho na população mais carente desta cidade, ou do país, ou do Estado, onde quer que seja.

A gente tem que pensar o seguinte: o pobre é um serviço essencial. Devemos respeitar esse direito, e como nós vamos fazer isso, gente? A gente precisa que a população participe. O grande problema que nós temos hoje, no país, é que na hora de votar não analisa, não percebe para onde vai, só vai correr atrás depois do prejuízo. Então tem que pensar nisso antes.

E há mais coisas que vão vir por aí, principalmente nos serviços municipais. Vocês perceberam hoje, temos problemas no metrô ou, metrô não, a Cidade Tiradentes, que é a mais avançada, mais periférica da cidade, ia ter um metrô. Aí, foram lá e levaram o monotrilho. Vocês percebem que quanto mais periférico, mais necessita do serviço público e mais a gente fica sem ter esse direito.

Então a gente precisa abrir esse olho, prestar a atenção como vamos participar do dia a dia da política, dos conselhos, e eles são muito importantes, porque sem eles a gente fica

sem saber os acontecimentos.

Por isso a gente sempre convoca a população para ficar atenta ao que está ocorrendo. A Câmara é de vocês. Esta Casa é do povo, não é dos Vereadores. Eu estou Vereador, não sou Vereador, assim como os demais. Então eu faço essa convocação que vocês participem da Câmara com as discussões. Tem mais coisas acontecendo no dia a dia desta Câmara aqui, para a gente saber onde será afetado.

Sou contra a privatização. A gente precisa rever os nossos direitos, os funcionários dos cemitérios para onde vão? A gente não está sabendo para onde vão, não está claro para onde esses funcionários vão.

Nós vivemos, hoje em dia, em um mundo com desemprego, gigante, muito desemprego, e a gente seguindo esse caminho só para gerar o quê? Lucro para os grandes empresários.

Então é importante que a população nos ajude, ajude os Vereadores, ajude a fiscalizar e nos ajude a participar da luta, porque sem saber esse movimento a gente não vai alcançar os melhores... aliás, as melhores políticas públicas para a população mais carente dessa cidade. Está bom, gente?

Obrigado e bom dia a todos. Obrigado, Vereador. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Isac Felix)** – Obrigado, Vereador João Ananias. Com a palavra o Vereador Dr. Paulo Frange.

**O SR. PAULO FRANGE** – Obrigado, Vereador Isac Felix, Presidente Jair Tatto.

Tem uma senhora que falou aqui a respeito de uma morte na casa de repouso. Presidente, o que nós ouvimos aqui é uma denúncia. A casa de repouso é regulada pela Vigilância Sanitária, há regras claríssimas de serem implantadas, tem obrigação de ter médico responsável e a morte dentro da casa de repouso, a responsabilidade de todo esse processo passa naturalmente pelo médico de lá.

Portanto, tendo em vista essa situação, vou pedir que a senhora, por favor, se quiser realmente resolver esse problema, nos encaminhe, pode encaminhar à Comissão de Finanças,

pode ser aos meus cuidados – eu sou médico há 47 anos, vivo exatamente, como cardiologista, cuidando de idosos –, para que a gente possa fazer uma manifestação para que a Vigilância Sanitária faça uma visita lá. É muita responsabilidade, é muita responsabilidade. Nós não podemos deixar, isso não pode acontecer, acaba com todo esse sofrimento e, na verdade, o erro está lá no início do processo.

Mas a segunda situação, Presidente, eu acho que na sessão ordinária que nós vamos ter na Comissão de Finanças na próxima quarta, nós precisaríamos aprovar um requerimento pedindo para que a gente possa comparar as tabelas do dia 06 com as do dia 07 de todos serviços que estavam prestados naquele momento, para que a gente possa conhecer as tabelas e, já deixando convidadas as concessionárias e a SP Regula, que são os mais afeitos a esse processo, para que a gente possa, em uma reunião de trabalho, de trabalho, como nós fizemos ontem sobre tarifa zero, debruçar sobre essas tabelas e descobrir exatamente como que foi feita essa composição de custo de cada um dos itens.

Acho isso muito importante e é oportuno, para que a gente não possa muitas vezes fazer crítica sem ter um embasamento técnico. Por mais que eu esteja em uma casa política, a minha formação é técnica, eu não sei analisar nada sem conhecer números com profundidade.

E a terceira e última, Vereador Jair Tatto. V.Exa. não estava nessa Casa, mas vosso irmão está aqui e estava comigo aqui. Em 1998, o Prefeito Celso Pitta, nós fizemos aqui um trabalho sobre tanatopraxia, porque naquele ano aconteceu um congresso mundial sobre esse assunto, na França, e ao mesmo tempo, em seguida, no mesmo ano, outro aqui para a América do Sul, na Argentina, sobre tanatopraxia.

Qual era o apelo nosso? Para que a gente pudesse regular tanatopraxia na cidade de São Paulo: saber onde faz, por que o Serviço Funerário já não presta esse serviço para nós. É extremamente importante inclusive para nossa saúde, a tanatopraxia. Por questões de contaminação, para aqueles que frequentam o velório, é muito importante, mas é muito importante a tanatopraxia.

Agora, isso não pode ser industrializado e virar um mercado de tanatopraxia. E aí

começou a tanatopraxia pegar, começaram a aparecer clínicas paralelas. E nós vimos as coisas mais bizarras, porque eu dava plantão e eu via pacientes saindo para fazer tanatopraxia. Aparecia lá um camarada sem nada, mal tinha luva, e ficava fazendo como queria. Assim como a parte necromaquiagem não tinha regulação nenhuma.

O fato é que nós não conseguimos, de 1998 até agora, convencer ninguém, nem Prefeito nem Serviço Funerário, a fazer um trabalho com tanatopraxia para que isso pudesse ser regulado. A atividade é legítima, o mundo inteiro pratica. Quanto mais evoluído o país do mundo, mais tanatopraxia faz.

Sr. Presidente, é só isso. Acho que nós precisamos... Essa é uma proposta para que a gente possa estudar essas tabelas e, em uma reunião técnica, para que a gente possa trazer... o Tribunal de Contas está aqui... trazer nossos técnicos da Comissão de Finanças e analisar esses números, porque esse assunto vai naturalmente chegar ao Prefeito Ricardo Nunes. Não é essa a intenção do Prefeito no processo da privatização, mudar os números e trazer um impacto econômico para aquelas que, já sofrendo com a morte, tenham que sofrer economicamente também.

Muito obrigado, Presidente.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Vereador Paulo Frange.

Vereador Celso Giannazi.

**O SR. CELSO GIANNAZI** – Bom dia a todas e todos.

Gostaria de cumprimentar aqui a iniciativa do Vereador Presidente da Comissão de Finanças, Jair Tatto. Em nome do Jair Tatto, quero cumprimentar todos os meus colegas aqui presentes. Está aqui os representantes das concessionárias, representantes do Governo, os trabalhadores aqui presentes.

Temos uma preocupação muito grande com os servidores públicos.

Tendo em vista esse processo todo, muitas falas foram feitas aqui, com conhecimento da realidade, trazendo fatos que acontecem. Uma coisa é o que está escrito, outra

é o que acontece na prática, na realidade.

Desde 2019, quando o projeto de privatização chegou à Câmara Municipal, nós já fizemos esse debate, ocasião em que nós denunciávamos de que não haveria almoço gratuito, que a população pagaria pela privatização. É uma escolha deste Governo o processo de privatização, pelo qual se exime da responsabilidade de prestar um serviço.

Todos nós passamos por isso, passaremos um dia. Um dos momentos mais difíceis das nossas vidas é sepultar um ente querido, mas é neste momento que você vai sentir o peso no bolso.

Observando os dados desta Administração, vemos como ela tratou o Serviço Funerário. Há um gráfico com dados de investimento que é o quanto a Prefeitura vai colocar de recurso público no Serviço Funerário, serviço importante, política pública imprescindível na cidade de São Paulo.

Em 2017, a Prefeitura reservou no Orçamento da cidade 170 mil reais, para administrar os 22 cemitérios da cidade de São Paulo. Em 2018, colocou 50 mil reais. É nada, não dá nem para pintar o portão do cemitério. E por aí vai.

Isso mostra o descaso da Administração com o Serviço Funerário. Houve um concurso público, mas não foram chamados nenhum dos aprovados. Não houve renovação. Como foi dito pelo João, representante do Sindsep, o Serviço Funerário está com  $\frac{1}{3}$  dos servidores. É um absurdo completo. Nós vivemos isso.

Há uma reportagem de hoje trazendo os aumentos. A população vai pagar por essa privatização, as concessionárias estão aqui. É verdade, as concessionárias visam o lucro, é lucro. Elas estão aqui não para administrar uma política pública, mas para ter lucro. Eles vieram para obter lucro e estão dentro dos seus direitos.

Não pode o Prefeito Ricardo Nunes permitir que uma empresa privada obtenha lucro em cima da morte. É de uma necropolítica que estamos falando, o que em si é um absurdo completo e desrespeito para com os servidores.

Há um servidor, cujo nome não me lembro agora, falou aqui das condições, dos

reajustes que nós tivemos como servidores nesses últimos anos que foi de 0,01%.

Não creio que a matéria da *Folha de S.Paulo* esteja errada, mas foram relatados aumentos de 464%, 400%, 370%, nenhum trabalhador, nem servidor público ou qualquer outro segmento recebeu um reajuste, no período de 2018 a 2022, de 400%. Não justifica cobrar da população essa tarifa, que é quase um crime.

Como relatou uma mãe aqui, no momento difícil como esse que a pessoa seja submetida a esse constrangimento. Não dá para aceitar a privatização. É uma política do Governo, nós temos de colocar aqui que é uma política a privatização do Serviço Funerário, da Saúde, da Educação, dos parques.

Nós podemos ver o exemplo do Vale do Anhangabaú, que é um espaço público, mas para as pessoas assistirem um *show* ali têm de pagar e pagar muito caro. Para entrar no parque, daqui a pouco, vão ter de pagar.

- Manifestação antirregimental.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Isso não faz parte da audiência.

**O SR. CELSO GIANNAZI** – Não faz parte da minha fala também, Sr. Presidente. Gostaria que repusesse o meu tempo.

Nós estamos discutindo que a cidade de São Paulo é rica, temos um orçamento de 100 bilhões de reais, no caixa, há quase 1/3 desse valor, ou seja, 34 bilhões de reais. Não dá para admitir que o Prefeito Ricardo Nunes coloque a população sob a espada do serviço privado.

E pior, conforme os relatos ocorridos aqui, o próprio setor privado vai fiscalizar ele mesmo.

O representante do Tribunal de Contas do Município está presente, nós sabemos que já há problemas nas OSs que cuidam da Saúde. Estão terceirizados 70% dos serviços da Saúde. Não há fiscalização alguma sobre o repasse para essas OSs, merendas, CEIs conveniados, e vai acontecer no Serviço Funerário a mesma coisa. Não haverá fiscalização pública desses recursos que serão passados para a iniciativa privada. Então, não podemos admitir isso.

Presidente Jair Tatto, há uma pergunta que eu gostaria que fosse respondida na próxima reunião ordinária da Comissão de que V.Exa. é Presidente. Os trabalhadores querem perguntar se há comprovação do pagamento da concessão, da outorga: como foi feito, qual o valor. Requerem os documentos que comprovam esse pagamento, Presidente.

Então, é esta a minha fala. Não à privatização. Tem de haver um serviço público direto, contratação de servidor público, abertura de concurso público. Está lá uma placa. Está aqui o Superintendente do Serviço Funerário. Os servidores do Serviço Funerário foram tratados como heróis. Poucos trabalhadores ainda resistiram como heróis, mas, na hora de ter o respeito à dignidade desses trabalhadores, a Prefeitura vira as costas para eles. Isso não podemos admitir. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Vereador Celso Giannazi, obrigado. Nós faremos, então, na reunião ordinária, essa consulta. Peço à assessoria que já encaminhe uma planilha de custos.

Vereador Rinaldi Digilio?

**O SR. RINALDI DIGILIO** – Boa tarde a todos. Eu quero cumprimentar toda a Mesa na pessoa do seu Presidente, Vereador Jair Tatto.

Meu nome é Rinaldi Digilio. Eu faço um trabalho de capelania há mais de trinta anos em hospitais e cemitérios. Eu faço ofício fúnebre desde muito novo e mais de 300 ofícios fúnebres eu fiz ao longo da minha vida. Há desde suicidas a crianças. Então, eu estou bem perto do momento da morte e eu sei dos problemas que enfrenta uma família no momento da dor. Sou pastor evangélico e sei que na hora da morte não existem rico, pobre, branco e negro. Não existem esquerda e direita. Não existe base do Governo e não existe Oposição. Nós somos todos iguais diante da morte.

Eu fico abismado de saber que a tabela de preços praticamente triplicou. Eu fico, assim, assustado de ver. Esta matéria na *Folha de S.Paulo* diz que a concessão dos cemitérios do município de São Paulo representará um aumento no preço do Serviço Funerário. Então, quero deixar aqui a minha indignação porque no princípio se falou que essa iniciativa privada iria

absorver os funcionários da rede funerária. Depois, foram dispensados. Logo em seguida, falou-se de melhoras. Logo em seguida, falou-se de fiscalização de investimentos e do auxílio-funeral – e nada disso tem sido feito.

Então, eu quero dar uma palavra para o Sr. Secretário do SP Regula, que, na sua primeira fala, disse que alguns Vereadores estavam querendo tumultuar. Sr. Secretário, no momento da dor e da dificuldade, as pessoas não ligam para o senhor. Elas ligam para o Vereador que as representa. No momento da dificuldade, eles procuram aqueles que eles escolheram e em quem votaram. Sendo Base ou sendo Oposição, nós não estamos aqui para ser o poder “carimbativo”, simplesmente para votar. Nós estamos aqui como poder fiscalizador da cidade de São Paulo. Assim que chegar o momento em que eu não seja mais Vereador, eu continuarei a minha vocação de ser capelão, de ser pastor – ou seja lá qual for a minha vocação –, mas eu estou aqui como Vereador. Eu tenho de fiscalizar. Tenho de olhar, para ver o que está acontecendo na cidade de São Paulo.

Agora, a coisa mais vergonhosa é, no momento da dor e do sofrimento, pessoas se apropriarem do momento da dor e não darem o auxílio de que o pobre necessita. É vergonhosa uma coisa dessas, alguém se aproveitar do momento da necessidade e da dor do pobre, daquele que não há condição de pagar um sepultamento. Então, esta é uma questão de dignidade humana, Sr. Presidente.

Eu quero só deixar aqui o meu posicionamento, porque a morte de todos nós é a única certeza da vida e todos nós estamos nessa fila da morte. Uns estão mais à frente; outros estão mais lá atrás. Todos nós vamos passar por isso. Nesta Mesa, todos vocês estão inscritos. Não sei quem será o primeiro. Todos vocês estão inscritos. Eu espero que vocês não passem pelo perrengue, pela dificuldade que muitos aqui estão passando. Espero que vocês não passem. E todos aqui um dia darão conta não diante da justiça humana, mas da justiça divina. Muito obrigado.

**O SR PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado Vereador Rinaldi Digilio. Quero comunicar – Vereador Isac Félix, último dos Vereadores – não haverá mais tempo, mesmo que

sejam colegas da Câmara que venham se inscrever, ao meio-dia teria que fazer seis audiências públicas de projetos dessa Comissão, então protelei para às 13h00. Temos que encerrar os trabalhos até às 13h00. Temos às considerações finais da Mesa toda. É isso.

Com a palavra o Vereador Isac Felix.

**O SR. ISAC FELIX** – Obrigado Sr. Presidente e a todos presentes.

Primeiramente, quero agradecer o nosso Secretário da Casa Civil Fabrício Cobra. Pessoa competente, ao mesmo tempo é um belo gestor. É bom, de vez em quando, nós cobrarmos de alguns servidores públicos, seja ele comissionado ou concursado para respeitar os convites desta Casa. Todos que nós convidamos compareceram *on-line* ou presencial. Então, quero agradecer ao Secretário Fabrício Cobra. Ele quem me ligou e perguntou: “quem faltou?”. E todos entraram depois. Então quero agradecer ao Fabrício Cobra, da Casa Civil, que faz essa interlocução com a Câmara e os funcionários que nós convidamos, adentrar na audiência pública.

Segundo lugar, Sr. Presidente, o que estou vendo por parte do sistema é a falta de humanização. Falta de humanização, falta de respeito, e aí seja o Superintendente do Serviço Funerário que está aqui – estava conversando com ele – tem que chamar. Eu passei por isso na época do PAS do Maluf. Os funcionários da Saúde, foram respeitados, eles foram ouvidos. Foram ouvidos naquela época quando escolhiam lugares para irem trabalhar: “olha, você pode ir para Subprefeitura”. Pelo menos isso.

Eu digo isso, porque foi uma transação que foi feita e hoje estamos vendo – eu conversei com o superintendente – conversa com os funcionários do Serviço Funerário. Ele me disse que chegou lá a partir de janeiro. De janeiro até agora, nós estamos nos comprometendo a isso: conversar, ouvir os funcionários. Nós temos cemitérios que o senhor precisa fazer visita – eu vou deixar a lista com senhor – os funcionários estão chegando lá e ficando no pátio do cemitério.

Outra coisa, a concessão que foi feita, quero dizer aos senhores empresários que estão aqui, os senhores não são donos dos terrenos, não. Vocês não são donos da área, não.

Entram quem quiser. Vocês nomeiam pessoas lá. Contratam gerentes para o cemitério, diretores. Essas pessoas chegam lá achando que são donos do pedaço. Mas eles chegaram agora. E há funcionário em alguns cemitérios que estão lá há 20, 30 anos. E não tem direito hoje a ir ao seu alojamento, no seu armário para colocar suas roupas. Não foram vendidos aqueles espaços. É uma concessão. Não foram vendidos. Tem que respeitar quem já estava lá.

Eu já fui Secretário em cidades do interior, já fui Subprefeito, mas sempre tive um olhar humanizado para os servidores públicos. Quando eu chegava, eu respeitava o direito de quem já estava lá. Vocês precisam ver quem vocês estão colocando para gerenciar, para ser diretor desses espaços públicos. Precisa colocar pessoas lá que têm coração, que sabem respeitar a dor do próximo quando chegam lá. Sejam nas agências. Tenho falado isso com o Secretário de Saúde: que nas nossas UBS, precisamos humanizar as pessoas que lá trabalham das OSs e nos cemitérios e no Serviço Funerário, quantas vezes nós recebemos, Vereador Rinaldi colocou, eu fiquei assustado aqui com essas tabelas. Por quê? Porque nós, como Vereadores, muitas vezes as pessoas nos procuram, e como disse a nossa companheira, a nossa amiga ali, nós também participamos de vaquinha e muitas vezes precisamos ajudar uma pessoa, uma família que necessita. E eu falei, estava comentando na semana passada, agora nós estamos fritos, olha como aumentou isso aqui. Nós queremos ajudar, mas desse jeito não dá.

Então, eu gostaria de pedir ao nosso superintendente aqui da SP Regula, que é o órgão da Prefeitura que vai fazer a fiscalização, o acompanhamento. Vocês aqui, vocês viram, é prova, são pessoas que se levantaram e que deram o testemunho do que está acontecendo. Você colocou das reuniões que vocês estão fazendo, vão fazer agora, com as empresas, nós precisamos ver, o Vereador Paulo Frange colocou uma coisa certa. Jair, nós vamos precisar todo mês pedir a tabela dos meses para ver o que está acontecendo. Não pode acontecer o que está acontecendo na cidade de São Paulo.

Ninguém vai ser contra, como foi lá atrás em alguns casos das concessões, mas as pessoas que lá estavam, servidores públicos precisam ser ouvidos, precisam ser respeitados e

tem o direito de escolha, tem sim, porque vocês na pandemia, ninguém queria saber de nada, de sair de casa, e vocês saíram, foram lá, e trabalharam.

Vocês precisam ser, não são ouvidos, mas vocês precisam de uma bonificação, isso sim, é isso sim. E você, como Vereador da cidade de São Paulo, que anda na cidade de São Paulo – faço atendimento no meu escritório político toda segunda-feira, nos finais de semana, estou na rua. Amanhã é sexta-feira, nós não temos trabalho aqui na Câmara, mas entrem nas minhas redes sociais e vejam na rua: é sábado, domingo, ouvindo o clamor e a dor das pessoas. Vou continuar combatendo a exploração, em qualquer órgão que for privatizado, que teve concessão na cidade de São Paulo, principalmente, quero deixar aqui aos senhores, principalmente: eu ando, eu visito hospital, UBS, e visito cemitérios. As irregularidades serão denunciadas, serão denunciadas.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Vereador Isac Felix.

Então, nós vamos agora para as respostas e conclusões, se me permitirem, usarei o tempo mínimo. Em 2018, eu votei “não”, queria ter a oportunidade de votar “sim”; Vereador Celso Giannazi também quer ter essa oportunidade, que se viu o projeto de lei que revogue já essa concessão. Quando um Vereador fala, tem o mesmo *status* e valor de um relato com histórico na mão de a gente aqui na condição de Vereador. Vereador Rinaldi Digilio colocou: “a gente faz gestão, sim, pelas pessoas que sofrem e que nos procuram, porque vocês nos dão uma autoridade política”. Não é isso, Vereador Celso, Vereador Paulo Frange, que é médico, Vereador Isac que é da periferia?

Então, não há o que dizer, eu não vou hoje entrar no mérito das concessionárias, eu vou dizer ao Presidente aqui que vocês cuidem do que vocês, no bom sentido da palavra, aprontaram, porque há concessões, terceirizações que até começam muito bonito, as OSs são um exemplo, então quando o Einstein toma conta de uma organização social, eles chegam com as camas de primeira qualidade, as camas hospitalares com os melhores equipamentos, obviamente, sempre com preços muito mais razoáveis do que o do município, quer dizer, o

município oferece... o hospital do Campo Limpo, precisamos lembrar que custava 120 milhões a autarquia e foi oferecido por 240 milhões para o Albert Einstein. Vocês, muitos companheiros aqui foram lá e resistiram, o Sindsep estava lá, falou: assim não.

Então, começou muito lindo, eu lembro daquele episódio, tudo de primeira qualidade, a gente não sabe até onde vai. Agora acontece que aqui já começou tudo torto, tudo errado e tudo de uma maneira desumana. Então, vocês erraram até no começo. Então, eu agradeço por vocês não terem enganado, porque pelo tamanho que é, eu chamo de uma tragédia e eu não estou aqui dizendo que a gente está mexendo com a morte. Eu não publiquei absolutamente nada. Tinha até posts que morrer sai caro. Eu falei: “Não, não vou fazer nada disso”. Nós vamos dialogar, nós vamos chamar a audiência pública.

Então, quando a gente tem um consenso de Oposição e Situação de todos os membros da Comissão, de trazer essa audiência pública, eu agradeço os consórcios por terem vindo aqui, mas eu ainda não vou culpá-los. Eu acho que vocês também teriam que ter... Eu vou chamar de piedade, porque não há o que se discutir. Eu quero antecipar que a superintendência vai explicar até onde pode, que a SPRegula vai, mas eu já estou convencido que vocês não vão convencer ninguém aqui. Não há condição, porque está na prática.

Vocês, servidores, todos nós já vimos vocês em algum lugar. Preferíamos não ter nos encontrado. É isso? Ou seja, vocês estão naquele lugar onde a gente não desejaria estar, mas nós vamos, vez ou outra – não é isso? – mas vocês, todos os dias, estão lá. Então, quando vocês veem gente chorando todo dia e lamentando, obviamente a situação de vocês é muito mais grave do que a nossa; e aí nós temos depoimentos de servidores que estão há 30 anos.

Eu quero dizer mais: “Pegaram gosto por aquele local de trabalho”. Viraram psicólogos sem estudar, Vereador Celso Giannazi, sem cursar graduação. Os AGPPs é que têm esse problema do 001. Aí, também vão dizer que vem de muitos governos. Vamos ser justos também.

Então, quero dizer para vocês que essa audiência foi chamada de maneira urgente, porque é uma situação urgentíssima. Houve aqui ponderações de que ela foi chamada muito

rápida, ou seja, 12 ou 13 dias antes. Ela já deveria ter acontecido.

Então, eu quero aqui encerrar, já passando a palavra para as considerações finais. Agradeço por estarem praticamente todos os órgãos representados de forma *on-line* ou de forma presencial.

Quero dizer que o Serviço Funerário, no seu último ano, sem concessão – podem me corrigir – deu um superávit de seis milhões de reais. Então, essa explicação nós queremos também e quanto vai vir para a Prefeitura agora? As concessionárias vão passar quanto? A Sabesp eles querem privatizar. Da Sabesp, eu tenho os números. A Sabesp passa para o Estado de São Paulo 500 milhões ao ano, para o Estado fazer aquilo que bem entender. Então, sobre o Serviço Funerário, nem a superintendência nem a SPRegula disse se vai reformar uma agência que seja, um cemitério que seja. Vocês não falaram o que vai ser melhorado.

Então, gente, vamos lá. Na minha humilde opinião, não deveria ter acontecido e, uma vez acontecido, a tragédia é muito maior do que a gente já imaginava. Estou muito à vontade. Votei contra, porque nós votamos um projeto que se chamava extinção do Serviço Funerário no controle da Prefeitura.

O.K. Essa é minha humilde opinião. Eu vou então passando aqui. Eu propus inverter a ordem. Começaria então pelas considerado do Serviço Funerário. Pode ser?

Valdemar, nós vamos, ao final também, oferecer a palavra. Podem ser os quatro também, representantes das concessionárias. Havia o entendimento também se uma concessionária poderia falar pelas quatro. Está registado, então.

Passo a palavra ao Sr. José do Carmo.

**O SR. JOSÉ DO CARMO GARCIA** – Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, primeiramente, cumprimento V.Exa. e, na sua pessoa, os demais Parlamentares presentes. Cumprimento também os meus colegas da Mesa, os vários servidores presentes e os demais senhores e senhoras.

O Vereador Isac Felix comentou que eu assumi a Superintendência no dia 11 de janeiro deste ano no lugar do Alencar, o Superintendente e meu amigo de longa data. No entanto,

eu informo que estou no Serviço Funerário desde o dia 09 de maio do ano passado, convidado pelo Alencar para auxiliá-lo, devido à minha experiência de carreira e também pela amizade que mantemos.

Apesar de o Serviço Funerário ser muito complexo, nesses nove meses que lá estou, fiz o meu melhor para conhecê-lo e estou dando continuidade à gestão do Alencar, sempre com os olhos voltados aos nossos servidores e com o diálogo aberto – como está aqui de prova, o João –, visando a melhorar as suas condições, pois eles são o nosso maior bem.

Como houve vários relatos sobre preocupações em relação à destinação dos servidores e o fato de vários deles estarem ociosos em alguns locais, eu quero complementar a informação que foi inicialmente trazida pelo João, Presidente da SPRegula, e pelo Gilson, dizendo que, nesse processo de transição que dura 12 meses, cuja primeira fase ocorreu a partir da ordem de serviço, no dia 06 de janeiro, o Serviço Funerário executou todas as operações e foi acompanhado pelas concessionárias. A partir do dia 07 de março, houve, assim denominada, a virada de chave, fase em que as concessionárias passaram a executar todos os serviços funerários e cemiteriais com o nosso acompanhamento, como está descrito no anexo 9 do edital de licitação.

A nossa missão para os próximos dez meses é ter servidores em todos os locais onde as concessionárias – agências, cemitérios e velórios – estão trabalhando, para que eles possam acompanhar esses funcionários das concessionárias. O principal objetivo é auxiliá-los e aperfeiçoar o trabalho, visando a uma melhor prestação de serviço para os munícipes.

Com os nossos servidores, a maior preocupação se deu no dia 07 deste mês em relação à virada de chave. Não sei se vocês sabem, mas o período de segundo estágio começou às 7h do dia 07 – os servidores do Serviço Funerário trabalharam no dia 06 até as 7h do dia 07 – e tudo o que foi contratado pelo Serviço Funerário seria executado por nós no decorrer desse dia. As concessionárias assumiriam a partir das 7h desse dia, executariam tudo o que por elas fosse contratado.

Na minha opinião, foi uma operação extremamente exitosa graças aos nossos

servidores. Por isso, de público, quero parabenizar todos eles pelo empenho, lealdade e comprometimento com o serviço, visando à melhor prestação para os nossos munícipes.

E, finalizando, estamos tratando com o João. São várias reuniões nesse sentido. Para quê? Para que os nossos servidores possam realmente escolher para onde eles desejam servir. Para isso já se iniciaram várias tentativas com a Secretaria de Gestão antes da nossa gestão. Isso já vem sendo tratado há dois anos. Obviamente, hoje, não vai ter a disponibilização dessas vagas, mas as nossas tratativas com a Secretaria de Gestão são no sentido de que cada servidor possa escolher para onde ele deseja servir. Então, fiquem despreocupados nesse sentido que estamos empenhados em fazer o melhor para cada um dos nossos servidores.

Muito obrigado a todos. Encerro a minha fala.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Superintendente Garcia.

Então, passo imediatamente ao João, do Sindsep. Porque a ordem, João, na verdade, era essa que você teve problema do atraso com a greve. Eu precisaria, rigorosamente, às 13h, mas um pouquinho a mais não há problema.

**O SR. JOÃO BATISTA GOMES** – Então, Vereador Arselino, quero agradecer.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Quem sou eu para ser o Arselino?

**O SR. JOÃO BATISTA GOMES** – Desculpa, Jair. Arselino é um grande parceiro também.

Vereador Jair, também quero agradecer aos demais membros da Comissão que de pronto responderam a esta audiência. É verdade que começou no dia 07 de março, mas o problema é porque há tantos problemas acontecendo.

De fato, essa coisa do acompanhamento das concessionárias não está acontecendo. Esse é o problema. Isso não acontece. Amanhã, a gente convida. Pode ir lá. Vamos escolher um cemitério, não vamos contar para a concessionária, mas vamos escolher. A gente chega lá ao cemitério e nós vamos dar de cara com os servidores no pátio porque eles não podem mais acompanhar os serviços, a não ser que tenha alguma coisa grave.

Por exemplo, até não consegui falar com Sr. Jonas, que é o responsável pelos

cemitérios, diretor de cemitérios. No cemitério Itaquera, a gente tem a maquininha que abre covas. A maquininha é do Serviço Funerário, portanto, não pode ser mais usada pela concessão.

Olha a situação. Então, os meninos da concessionária estão abrindo na mão e aí o pessoal falou: “Pô, mas há um menino lá da concessionária que trabalhou com a gente de terceirizado e ele sabe operar a máquina. Por que não pode usar a máquina?”. Porque abrir cova na mão, quem abriu já sabe como é. A gente estava tratando disso e não sei se resolveu, porque ontem eu não consegui ir à reunião com o Sr. Jonas.

Então, é esse tipo de coisa. Parece bobeira, mas para quem abre cova não é bobeira, não. Esse tipo de coisa não podia fazer porque a máquina é do Serviço Funerário e quem está operando agora no cemitério é a concessionária. Então, não pode. Esse tipo de coisa não é problema nenhum de acontecer. Qual é o problema de acontecer isso? Nenhum. Só que não pode, porque o trabalhador não está mais acompanhando o serviço. Isso vai se proliferar todo dia.

Então, por exemplo, os nossos agenciadores que antes trabalhavam nas agências, Jair, é o seguinte, você falou que tinha que começar pelas melhorias. Eu vou te dar um dado. No dia 06 ou dia 07, sei lá, havia 10 agências do Serviço Funerário com os nossos agenciadores. Com o início da operação das concessionárias, as agências pularam para 23. Eles não chamam mais agenciadores. Sabe como eles chamam? Vendedores. Então, são vendedores. O principal investimento que foi feito de inicial não foi na melhoria do serviço, mas foi na abertura de mais agências para vender mais, porque são vendedores. Então, é disso que se trata.

O Serviço Funerário – você falou com razão que votou contra a extinção do Serviço Funerário – e, agora, ele era para ter sido extinto até 31/12/2022. Foi prorrogado por mais um ano e com a possibilidade de mais 180 dias, porque, até lá, ainda nós vamos ter de estar operando. Mas, aí, Sr. Garcia, tem de ter essa... Se é para os servidores, acompanharem, então têm de acompanhar, mas têm de ter poder de acompanhar. Não adianta a concessionária não deixar acompanhar. Se não, nós vamos ficar ociosos mesmo. Então, eram essas duas questões que eu queria dizer a respeito das concessionárias.

E eu quero retomar. Por exemplo, a tabela que está no Anexo 6, essa tabela tem de estar exposta nas agências. Tem de estar lá na parede: “Olha, tem de começar por aqui”. Porque o que nós discutimos com a SP Regula e com o Serviço Funerário, na reunião que tivemos na semana passada, era isso, que tem de ter o termo. A concessionária tem de dizer para a família que: “Olha, tem de ter um termo aqui dos valores que você deve optar. Os mais baratos”. Mas eles não fazem isso, porque são vendedores, porque são vendedores.

**A SRA. CILENE CUNHA** – Hoje, eu estou com outro sepultamento lá na Consolação, dentro do município. Aqui, diz que estava desatualizado o cadastro. Está aqui que não há nada desatualizado, está tudo em ordem, todo em cima da lei, no direito da minha filha.

Para não ter como cobrar dos poderes maiores, nós já atualizamos para não ocorrer mais para frente... Estar sempre em cima da lei, né. E esse boleto aqui? Nós não temos nem o que comer. Eu chamo vocês para verem uma reportagem. Às 14h45min eu vou dar uma entrevista, mostrando que dentro da minha casa eu estou com oito crianças e que não temos o que comer. Tem a minha filha, a minha neta e os outros familiares. Estou com outro constrangimento de novo, de óbito dentro de minha família. O dia inteiro, ontem, eu liguei e perguntei a que horas que a perícia viria. “Nós temos três carros para correr São Paulo”. E esse aqui, quem vai pagar? Esse boleto aqui? Oitocentos e cinquenta? Se aqui nós estamos no nosso direito? Eu quero uma resposta. (Palmas)

**O SR. JOÃO BATISTA GOMES** – O.K. Sobre isso, acho que imediatamente o Serviço Funerário tem de abrir um procedimento para apurar isso. Imediatamente. Nós estamos ouvindo na audiência pública isso. Então, eu acho que o Serviço Funerário tem de abrir um procedimento.

Para encerrar, então, dizer isso, que as tabelas têm de estar em lugar visível para as famílias saberem que podem comprar com aqueles preços e não com aqueles que eles oferecem.

E a última coisa é que eu acho que a Comissão, Vereador, se possível, poderia, na reunião ordinária, solicitar – do dia 07 de março até, sei lá, até o dia que a Comissão estabelecer

– quantos sepultamentos gratuitos houve desde o dia 07 para cá; solicitar uma tabela de quantos sociais aconteceram de lá para cá. Aí, nós teremos a grande surpresa. Vamos ter a grande surpresa de que o que aconteceu é que, de fato, as empresas estão funcionando como vendedoras e não como prestadoras de serviço.

Obrigado pelo Serviço Funerário público e de qualidade. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Eu considero, nas falas dos Vereadores Paulo Frange e Celso Giannazi e, agora, na fala do João, no requerimento havia uma solicitação do estudo que justificasse a concessão, O.K. Então, já passando a palavra ao João Manoel da Costa Neto, que é o Diretor Presidente da SP Regula, em suas considerações já reafirmo que esse estudo ainda não chegou para nós, aqui, da Comissão.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Vereador, muito obrigado.

Agradeço à V.Exa. e aos demais Vereadores pela iniciativa desta audiência pública para esclarecimento sobre o Serviço Funerário.

Antecipo de digo que, toda vênia, eu discordo da sua posição com relação à concessão e nós, enquanto Poder Público, seguiremos batalhando por uma fiscalização efetiva, uma regulação equilibrada para que a concessão dê certo e que o munícipe – que é a nossa maior preocupação imediata – tenha o serviço prestado de acordo com aquilo que foi contratado com as empresas...

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Por favor, vamos respeitar a fala do Diretor Presidente. Obrigado.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Muito obrigado, Vereador. Então, retomando, nós seguiremos, como servidor público, como a maior parte dos senhores é, cumprindo a nossa função, perseguindo os objetivos da autarquia que representamos e servimos a Municipalidade de São Paulo, buscando sim a melhor prestação do serviço.

Quero também, Vereador Sansão, aproveitar a oportunidade, o Vereador Rinaldi falou que talvez eu tenha dito que Vereadores tentaram tumultuar e eu não disse isso. Eu disse

que tabelas com números controversos foram levadas a público e isso pode ter sido ou não em uma condição de tumultuar. Em nenhum momento imputei isso a nenhum Vereador, até porque a minha relação com os Poderes Legislativos já é de algum tempo. A minha carreira é toda pública, sempre tive relação com o Legislativo, até o Deputado Simão Pedro, que desejo as melhoras a ele, a sua representante peço que leve, foi um grande amigo na Comissão de Educação e Cultura da Assembleia. Então, jamais faria isso com esta Casa, pela qual tenho tamanho respeito.

Passando rapidamente, tomei nota de forma muito respeitosa de todas as falas do pessoal, vou permitir pelo tempo, comentar algumas. Com relação aos problemas e demora de contratação, queria só abordar, Vereador, para deixar claro que parte de IML, SVO, atestação, é um prazo que não faz parte da operação das concessionárias, do regime de concessão. Então, quando isso se soma logicamente ao inconformismo da família, que tem todo o direito e deve se manifestar com relação a isso, é um prazo de órgãos estaduais que estão incumbidos dessa operação. Acho que tem de fazer reclamação, temos de apurar, a Diretora Carolina Malheiros fez uma reunião, na semana passada, com o SVO do Estado, Vereador Celso, para justamente afinar algumas questões que percebemos que acabam atrasando o processo. E na busca de melhor atender a Municipalidade de São Paulo, fizemos essa reunião, primeiro, com a Diretora Carolina.

Aproveitando, Vereador Celso, com relação a essa reportagem da *Folha de S.Paulo*, o senhor nos traz a oportunidade de comentar sobre ela também. Eu atendi o jornalista Túlio Cruz, e no dia 12 de março, às 16h30, um domingo, eu atendi por ligação e ele queria repercutir alguns números das tabelas. Ele estava com informações bastante incompreendidas por ele, até porque na oportunidade, ele estava chegando em 1000% de percentual, e conseguiu abaixar para 400. E disse a ele que ele estava comparando itens distintos e que era descabida a comparação dele e passei para ele todas as escalas e camadas de proteção dos valores que nós colocamos.

Ele demorou do dia 12 até a data de ontem para fechar a matéria e ontem publicou

com números controversos da mesma forma. Então, é uma pena que a *Folha de S. Paulo* tenha se equivocado dessa forma com relação aos números, o Vereador sustenta que não erraria. Em nossa opinião, cometeram, sim, um equívoco, é uma pena que essa informação circule desta maneira.

No mais, para finalizar, com relação ao Sr. Valdemar, é sempre importante, falamos aqui na apresentação do Canal 156, que as denúncias sejam oficializadas. Assim como o Vereador Jair falou sobre denúncias com relação à Câmara, existe uma Corregedoria. Existe também na Prefeitura os órgãos de fiscalização internos, é importante que as irregularidades sejam levadas e formalizadas ao 156, para que possamos tanto averiguar se há irregularidade por servidor público e abrir o procedimento administrativo, ou do aspecto da concessão, apurar e se for o caso penalizar as empresas. Elas são sabedoras das suas responsabilidades e do que pode ser imputado em caso de erro. Então, peço que seja sempre formalizado.

O Deodoro falou com relação a Marcela, nossa Secretária, que não estaria presente, se fez aqui representar e ainda está aqui, vejo o Dr. Cristiano de Arruda, que é Procurador do Município, lotado na Secretaria de Gestão, fazendo presença a Secretaria de Gestão. Então, para fazer justiça à Secretária Marcela Arruda também, que sempre tem dialogado com os servidores e sindicatos com relação aos seus direitos.

Aproveito para lembrar, finalizar minha fala, Vereador, com relação às colocações trazidas pelo Sindicato, Sindsep, pelo nosso representante, o meu xará, João. Então, dizer a ele que tem, sim, embora fosse um benefício concedido diretamente pelo Serviço Funerário, do enterro gratuito ao auxílio funeral garantido aos servidores. É um valor, que passou uma lei por esta Casa que recentemente revisou esse valor, é um valor de quatro mil reais de auxílio funeral, que é prestado ao servidor, não só do Serviço Funerário, ao servidor da Municipalidade como um todo. Ele fez uma confusão aqui, infelizmente, de verificador independente com fiscalização, eu convido um dia, para dialogarmos e explicar o que é verificador independente, o que é fiscalização dentro da concessão.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O ressarcimento dos erros cometidos, que houve,

será imediato?

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Só um minutinho, Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Ex-servidor, porque faleceu. Aposentado foi cobrado. O ressarcimento será imediato pelas concessionárias, é isso?

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Vereador, há um procedimento pela Secretaria de Gestão para acesso ao auxílio-funeral. Eu não vou garantir para o senhor, porque eu não conheço o procedimento, isso é para a Secretaria de Gestão. Então, leva os documentos, dá a entrada e a Secretaria de Gestão presta o auxílio-funeral em recomposição aos valores. Isso é um fato que nós não vamos... Tudo bem, está aprovado como prestação, mas no serviço público...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Qual a dúvida? Um aposentado do Serviço Funerário, ele precisa do quê?

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Perfeito, Vereador.

Só que são procedimentos relativos à Secretaria de Gestão que eu não vou assumir aqui porque é próprio daquela Secretaria. Eu posso esclarecer e trazer a esta Comissão qual é o prazo razoável, sem problema nenhum.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Não é a Comissão, ou trazer aqui, o problema é a família que pagou lá. Já entendi tudo, temos todo o conhecimento.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Vereador, nós estamos falando de coisas distintas. A contratação do Serviço Funerário é uma questão, o auxílio-funerário é outra. Até por isso que o valor é até maior para cobrir essa e outras despesas.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Ele tem o auxílio-funeral.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Tem.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Ele tinha, não é?

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Para cobrir as despesas que ele contrata do Serviço Funerário no dia do falecimento, outras despesas ocasionadas em relação

ao funeral do servidor, e há procedimentos para isso. Caso o senhor deseje, eu posso esclarecer com a Secretaria de Gestão e trazer a esta Casa sem problema algum.

Com relação a SP Regula, eu agradeço essa observação do Sindicato. Como eu fiz questão de apresentar a SP Regular no início, desde abril de 2021, iniciando com uma equipe mínima de comissionados, respeitando a Lei Complementar 173; na sequência, crescendo um pouco mais dentro do cargo comissionado com a cessão, sim, dos servidores públicos da Administração direta; e não há problema nenhum em negar isso.

E foi falado ao Sindicato em reunião no último dia 16 que a gente está perseguindo a contratação do concurso até o meio do ano. Trago uma informação de primeira mão aqui, que hoje estiveram reunidas a Junta Orçamentária Financeira e a Secretaria da Fazenda e aprovaram o orçamento do concurso público da SP Regula. Então, o próximo passo é o Prefeito Ricardo Nunes aprovar o concurso; estamos perseguindo sim.

E, da mesma forma que se falou aqui, desde o primeiro dia, que tinha que ter efetivas melhoras da estrutura do Serviço Funerário, não se faz casa pelo telhado. Então, a SP Regula começa, a gente está crescendo na estrutura, vamos perseguir o concurso e vamos terminar o telhado da nossa casinha muito bem. A mesma coisa acontece com a concessão: eles assumiram no último dia 07, estão preparando os projetos dos cemitérios, o que tem que ser feito de investimento por eles, que é bem sabido no plano de aplicação das melhoras; isso será feito ao longo da concessão e teremos, sim, melhores cemitérios e melhores agências para o atendimento de São Paulo.

Por último, coloco a SP Regula sempre à disposição do Serviço Funerário para dialogar com os servidores, mas sempre de forma clara, transparente e honesta.

No dia 14 de março, o Prefeito Ricardo Nunes recebeu o Sindsep em uma audiência. No dia 15, o senhor convocou uma manifestação dizendo que não há diálogo, sendo que o Serviço Funerário já tinha recebido o senhor; o Prefeito, como autoridade máxima do município, recebe o Sindicato e o senhor ainda diz que não há diálogo.

Então, por respeito...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. JOÃO BATISTA GOMES** – O senhor é um provocador. E daí que nós fomos lá?

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Por favor. Permita-me.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – E não falaram do servidor do Serviço Funerário. Você foi lá e esqueceu de toda essa plateia aqui...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. JOÃO BATISTA GOMES** – “Esqueceu” o escambau. Você é um provocador.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Por favor. As duas partes, por favor.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Vereador, eu peço que tomem, nas Notas Taquigráficas, ele me xingando. Eu sou servidor público.

**O SR. JOÃO BATISTA GOMES** – Você é um provocador. Provocador.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – E você está me desacatando, você está me desacatando. Eu peço que tomem nota aqui e levem isso à apuração nesta Casa, Vereador. O senhor foi lá e falou a sua opinião, eu estou defendendo aqui a minha, o senhor me respeite, o senhor não vai me ofender aqui, não.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Quero, aqui, agradecer a...

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Recebo o meu salário. Eu sou servidor de carreira, como eu falei aqui, e faço a coisa bem-feita, eu não tenho erro.

**A SRA. SHEILA ARAÚJO COSTA** – Você é comissionado aqui.

**O SR. JOÃO MANOEL DA COSTA NETO** – Aqui, eu sou comissionado, mas sou concursado no Governo do Estado.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Sheila, os dois companheiros João e João. Aqui existe alguém presidindo.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O.K. Então, obrigado, Vereadores, Vereadoras, concessionárias, obrigado ao Governo presente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrados os trabalhos.